

FINANÇAS PÚBLICAS

Introdução ao Estudo das Finanças
Públicas



SUMÁRIO

Introdução ao Estudo das Finanças Públicas.....	4
Apresentação.....	4
1. Finanças Públicas – Introdução.....	6
1.1. Definições.....	6
1.2. Abrangência.....	6
1.3. Objetivos.....	6
1.4. Metas.....	7
2. Evolução das Funções do Governo e dos Gastos Públicos até a Atualidade.....	7
3. Falhas no Sistema de Mercado.....	11
3.1. Introdução.....	11
3.2. Imperfeições na Concorrência.....	12
3.3. Mercados Incompletos.....	13
3.4. Assimetria de Informação.....	14
3.5. Externalidades.....	16
3.6. Bens Públicos.....	20
3.7. Outras Falhas de Mercado.....	24
4. Função Alocativa.....	27
5. Função Distributiva.....	29
6. Função Estabilizadora.....	29
7. Função Reguladora e Política Regulatória.....	31
8. Política Fiscal.....	36
8.1. Conceitos Introdutórios.....	36
8.2. Política Fiscal Contracionista.....	37
8.3. Política Fiscal Expansionista.....	38
8.4. Função Estabilizadora do Sistema Tributário.....	39
Resumo.....	45
Mapas Mentais.....	54

Questões Comentadas em Aula.....	56
Questões de Concurso	59
Gabarito	75
Gabarito Comentado	76
Referências	107

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

Olá, amigo(a) concurseiro(a)!

Seja bem-vindo ao Curso de **FINANÇAS PÚBLICAS!**

Nesse curso buscaremos detalhar os tópicos da matéria presentes em nosso edital, numa linguagem simples e objetiva, sem, contudo, ser superficial.

No intuito de facilitar o aprendizado, as questões serão selecionadas de modo que a teoria seja bem entendida e fixada após a sua resolução.

Usaremos uma linguagem simples, para você se sentir em “sala de aula” e criar uma empatia com a matéria, mas não esqueceremos também dos termos técnicos que caem nas provas.

Tenho consciência que essa matéria não é das mais fáceis de se aprender, mas se você tiver boa vontade e humildade, COM CERTEZA vai aprender o suficiente para fazer uma boa prova.

Caso não compreenda determinado conceito ou não entenda a resolução de uma questão, tente rever esse ponto em um outro dia e não tenha vergonha de me procurar no fórum de dúvidas.

Além disso, **resolveremos muitas questões de provas de concursos anteriores**, de tal forma que você ficará bastante afiado na matéria, ao ponto de chegar à prova com bastante segurança.

Antes de iniciar os comentários sobre o funcionamento do nosso curso, gostaria de fazer uma breve apresentação pessoal:

Sou Administrador de Empresas, com especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, aprovado no concurso nacional de 2009/2010.

Atuei inicialmente na Área de Arrecadação e Administração Tributária, passando pelo setor de Planejamento e Controle da Atividade Fiscal até chegar à atividade de Fiscalização propriamente dita.

Porém, antes de tomar posse no meu atual cargo, eu já o havia exercido anteriormente entre 1999 e 2001. É que fui aprovado no concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal (na época AFTN) de 1998, e, após 2 anos de exercício na atividade de fiscalização de empresas da Região Norte do país, recebi e aceitei um convite para voltar a trabalhar na iniciativa privada em minha cidade: Salvador.

Após alguns anos na área privada, vivendo momentos de alta satisfação alternados com momentos de insatisfação, resolvi voltar a estudar para concursos públicos em 2006.

Essa fase foi muito difícil. Eu tinha uma jornada dura, mas tinha que ser discreto. Trabalhava e estudava muito, mas sem poder “dar muita bandeira” dessa dupla jornada.

Sei que muitos de vocês vivem situações parecidas, mas, acreditem: essa situação é transitória.

No meu caso, fui recompensado com a aprovação para o cargo de Analista de Finanças e Controle – AFC (hoje Auditor de Finanças e Controle) da Controladoria Geral da União – CGU no ano de 2008.

Entretanto, mesmo já trabalhando em bom cargo e com um excelente ambiente de trabalho na CGU, eu não me acomodei.

Continuei com meus estudos rumo ao sonho de voltar a ser Auditor Fiscal da Receita Federal, que, como já dito, pôde ser realizado com a aprovação no concurso de 2009/2010.

É isso, meu amigo!

Espero dividir com você a experiência adquirida ao longo da minha preparação, pois sei exatamente o que se passa “do outro lado”: as angústias, as expectativas, as dificuldades, mas também os sonhos.

Não se esqueça que são os sonhos que nos movem!

Acredite e se esforce ao máximo, esse é o segredo!

Feitas as apresentações iniciais, passemos à proposta do nosso curso.

Como diria Mahatma Gandhi: “Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Então, vamos nessa!

Boa aula!

Prof. Manuel Piñon

1. FINANÇAS PÚBLICAS – INTRODUÇÃO

1.1. DEFINIÇÕES

A maneira pela qual o Estado intervém no processo econômico é dependente da série de instrumentos de que dispõe para financiar as suas atividades, razão pela qual muitas vezes o estudo das **Finanças Públicas** também é denominado Economia do Setor Público.

Em outras palavras, o estudo da Ciência das **Finanças Públicas** tem por objeto conhecer como o “dinheiro circula” nas mãos do Estado, ou seja, como ele arrecada e gasta seus recursos de acordo com as leis orçamentárias e correlatas.

Assim, sucintamente, podemos enxergar o estudo das Finanças Públicas pela ótica de assegurar a execução das funções do Estado, contribuindo para aprimorar o planejamento, a organização, a direção, o controle e a tomada de decisões dos gestores públicos em cada uma dessas fases.

Nesse contexto, podemos dizer, de modo bem resumido, que o estudo das **Finanças Públicas** é o ramo do estudo econômico em que se situa o Governo, responsável pela **aplicação de políticas que visem ao contínuo aumento do bem-estar da população**, ou seja, **aborda aspectos relativos à tributação e à aplicação dos recursos públicos** no custeio dos serviços públicos e atendimento das necessidades sociais.

Ressalte-se que, no âmbito das finanças públicas, a sua análise precisa levar em conta que **as decisões políticas** são tomadas com objetivos políticos, **muitas vezes contrariando**, na prática, a direção que leva ao **objetivo de maximizar o bem-estar da população**.

1.2. ABRANGÊNCIA

Em termos de abrangência, as finanças públicas incluem, em especial, os seguintes 3 objetos: **Receita Pública, Despesa Pública e Dívida Pública, além do Orçamento Público**.

Além desses objetos precípuos, o estudo das finanças públicas abarca também as decisões governamentais que influenciam a atividade econômica, ou seja, a **política econômica**, que, em outras palavras, é o conjunto de medidas tomadas e de normas estabelecidas por um governo para atingir seus objetivos econômicos, que são a política fiscal, cambial, monetária e comercial.

1.3. OBJETIVOS

Podemos dizer ainda, **no âmbito econômico**, que as finanças públicas têm como **objetivo principal** corrigir as falhas de mercado, atingindo **objetivos específicos**, como melhorar a oferta de bens públicos, estimular a concorrência da oferta, estimular atividades que tragam

benefícios sociais e desestimular as que tragam prejuízos sociais e manter bom nível de emprego, dentre outros.

Já no âmbito **JURÍDICO**, os objetivos específicos das finanças públicas no Brasil, que estão intimamente ligados aos objetivos relacionados no parágrafo anterior, são assim definidos em nossa Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 42, de 19.12.2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

1.4. METAS

Podemos dizer que uma meta nada mais é do que um objetivo quantificado no tempo e, assim, no âmbito das finanças públicas, destacam-se as metas relacionadas à política monetária, definidas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional e pelo COPOM – Comitê de Política Monetária, como a definição da taxa SELIC e as metas relacionadas à política fiscal no âmbito do Poder Executivo.

Merecem destaque também as metas relacionadas à LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentadas no RGF – Relatório de Gestão Fiscal, e ao RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

2. EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES DO GOVERNO E DOS GASTOS PÚBLICOS ATÉ A ATUALIDADE

Em relação à evolução das funções do governo e das despesas públicas, você deve querer me perguntar:

O Estado sempre precisou administrar um grande vulto de recursos públicos?

Aí, colega, para lhe responder, tenho que entrar no debate histórico sobre a **intervenção do Governo, uma vez que o gasto público representa a aplicação de recursos no atendimento das necessidades coletivas**, quando interessa saber se tal despesa está crescendo ao longo do tempo.

O Governo é visto na teoria econômica como um “local” de disputa pela distribuição dos recursos entre os diversos atores sociais. Um maior gasto pode indicar o atendimento de uma maior gama de necessidades coletivas, mas também pode repercutir num crescimento da carga tributária, necessária para financiar tais despesas.

O **crescimento dos gastos públicos como percentual do PIB tem sido uma tendência mundial**. Alguns autores identificaram um ritmo de crescimento mais acentuado nos períodos de guerra (1914-1918 e 1939-1945), bem como uma manutenção dos níveis de gasto, mesmo após cessarem os conflitos.

A seguir, relacionamos as **principais teorias** cobradas em provas de concursos, as **quais explicam o crescimento dos gastos públicos ao longo do tempo**.

- **Adolpho Wagner (1880) – Lei de Wagner**

Após observar séries históricas de vários países, esse autor enunciou a chamada “Lei de Wagner” ou Lei dos dispêndios públicos crescentes, segundo a qual:

Na medida que cresce o nível de renda nos países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do Governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país.

Segundo Wagner, o desenvolvimento das modernas sociedades industriais gera, por si só, pressões crescentes em favor de aumentos do gasto público. O processo de urbanização demanda mais gastos com educação, saúde, segurança pública, infraestrutura etc.



Os fundamentos da Lei de Wagner são os seguintes:

- I – O processo de industrialização é acompanhado do crescimento das funções administrativas e de segurança por parte do Governo;
- II – O crescimento econômico (renda *per capita*) gera uma maior demanda por serviços essenciais como educação e saúde;
- III – As mudanças tecnológicas que demandam elevados investimentos fazem surgir monopólios em determinados setores econômicos.

- **Peacock & Wiseman (1967)**

Para essa dupla de autores, **o crescimento do gasto público é muito mais em função das possibilidades de obtenção de recursos do que em função da expansão** dos fatores que explicam o crescimento da demanda pelos **serviços produzidos pelo Governo**.

Na verdade, o que limita, de fato, o crescimento das atividades do Governo é a possibilidade de expansão de sua oferta e esta, por sua vez, é **limitada pelas possibilidades de incremento na carga tributária**.

Os indivíduos demandam cada vez mais os bens produzidos pelo Governo, mas relutam em aceitar aumentos na tributação (para financiar uma oferta maior de serviços públicos).

Assim, a resistência aos aumentos na tributação é o que limita o crescimento dos gastos, apesar das demandas sociais.

Grandes perturbações de natureza política ou econômica, como as guerras, reduzem essa resistência. Essas perturbações causariam o chamado **“efeito-translação”** ou **“efeito-deslocamento”**: fatores exógenos podem diminuir a resistência da população aos aumentos da carga tributária, de modo que esta se eleva, permitindo o crescimento do gasto público. O novo padrão de gastos normalmente se mantém ou se reduz muito pouco quando cessam as perturbações.

Peacock e Wiseman falam também do chamado **“efeito-concentração”**, segundo o qual há uma tendência à progressiva concentração das decisões nos níveis mais elevados do Governo, concomitantemente com a própria **expansão da participação do setor público na economia**.

- **Musgrave (1969), Rostow (1974) e Herber (1979)**

Para esses autores, há um padrão de crescimento dos gastos públicos associado ao nível de desenvolvimento social e econômico do país, de forma que é possível identificar três períodos marcantes:

- a) Pré-industrial: em que ocorre a formação de capital público, com fortes investimentos estatais em áreas estratégicas;
- b) De industrialização: em que se nota um menor envolvimento do setor público no processo de desenvolvimento econômico;
- c) Pós-industrial: em que se verifica um aumento da demanda por serviços sociais, exigindo maior presença do Estado.

Uma síntese de todas as hipóteses teóricas leva à conclusão de que o crescimento das despesas públicas pode ser atribuído a múltiplos fatores (macro ou microeconômicos), cada qual com maior ou menor peso, a depender do contexto histórico:

- Crescimento da Renda Nacional;
- Crescimento da renda *per capita*;
- Expansão demográfica e perfil da composição etária;

- Demanda dos indivíduos pelos bens públicos;
- Capacidade do Governo de obter mais receitas;
- Limites para a expansão da oferta de bens públicos;
- Problemas ou distúrbios sociais, guerras etc.;
- Mudanças políticas;
- Pressão de grupos sociais organizados;
- Desenvolvimento tecnológico;
- Gastos públicos em períodos anteriores etc.

Falando de Brasil, defende-se, atualmente, a implementação de eixos estratégicos para a modernização do Estado brasileiro com a profissionalização do alto escalão governamental, com a redução dos cargos em comissão, com o fortalecimento das carreiras estratégicas de Estado, visando uma maior eficiência por meio da mudança na lógica do orçamento, aprimoramento do governo eletrônico e redução de gastos governamentais.

Em termos de efetividade, a ideia é aplicar a visão de gestão de resultados de longo prazo, com o entrosamento entre os níveis de governo, o fortalecimento da regulação dos serviços públicos, o aumento da transparência e a responsabilização do poder público.

Atual Atuação do Governo

O governo é, em última instância, o responsável pela aplicação de políticas para o contínuo aumento do bem-estar da população.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento do que chamamos de estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicações de políticas econômicas objetivadas na equidade, no crescimento e na distribuição de renda no país.

OBJETIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

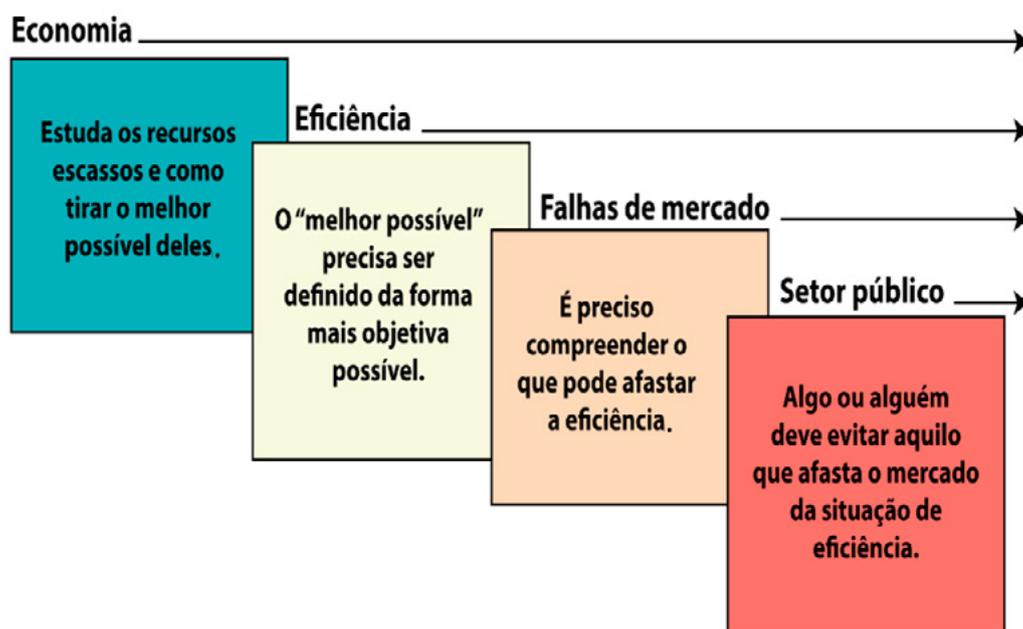
1. **FUNÇÃO ALOCATIVA:** Assegurar ajustamentos na alocação de recursos.
2. **FUNÇÃO DISTRIBUTIVA:** Conseguir ajustamentos na distribuição da renda e da riqueza.
3. **FUNÇÃO ESTABILIZADORA:** Garantir a estabilização econômica.
4. **FUNÇÃO REGULADORA:** Regular as ações do Estado (direta ou indireta), foi agregada adicionalmente, derivada da função alocativa.

Musgrave & Musgrave (1976)

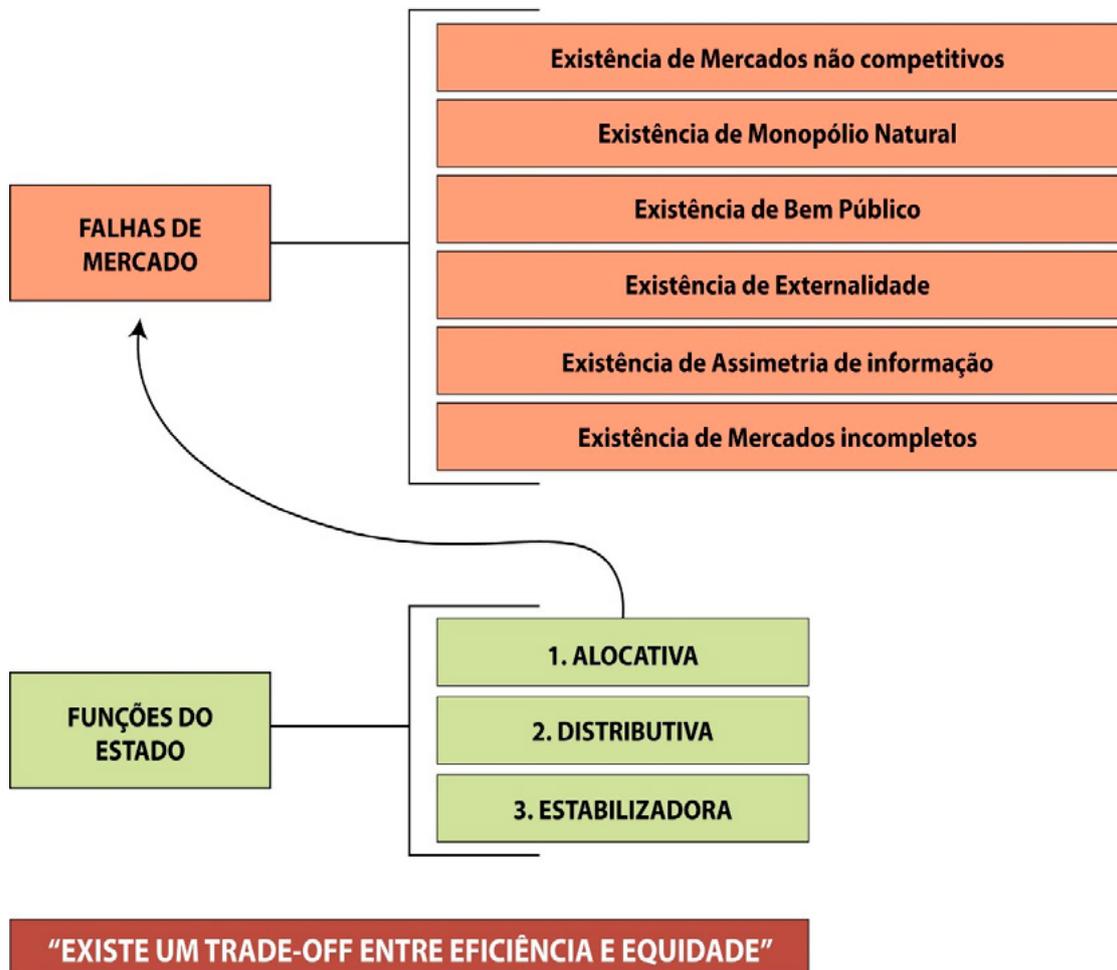
3. FALHAS NO SISTEMA DE MERCADO

3.1. INTRODUÇÃO

Existe a **necessidade de atuação econômica do Setor Público** em função da constatação de que a simples existência do sistema de mercado, empresas e consumidores somente, não conseguem cumprir adequadamente algumas tarefas e funções que visam **ao bem-estar de toda uma população**.



Falhas de Mercado e Funções do Estado



Tecnicamente falando, as **principais falhas de mercado relacionadas pela Teoria Econômica são as seguintes:**

- 1 - Imperfeições na Concorrência.
- 2 - Mercados Incompletos.
- 3 - Assimetria de Informações.
- 4 – Externalidades.
- 5 - Existência de Bens Públicos.

Vamos ver agora, com detalhes, no que consiste cada uma delas:

3.2. IMPERFEIÇÕES NA CONCORRÊNCIA

Nos mercados competitivos, nenhuma firma tem maior poder de mercado do que as demais, não sendo possível manter lucros extraordinários no longo prazo.

Entretanto, se um ou mais produtores tiver maior poder de influenciar o preço de venda do produto, haverá uma quantidade produzida menor e o preço será mais elevado do que seria num mercado competitivo. É o que acontece, por exemplo, no monopólio, quando um único produtor domina o mercado.

A falta de concorrência faz com que, normalmente, o monopólio produza uma quantidade menor de bens e serviços do que o mercado do tipo concorrência perfeita, e a um preço unitário mais elevado.

Assim, a economia perderá eficiência, gerando um nível de bem-estar menor.

A intervenção do Governo se dá, nesses casos, por meio de instrumentos de regulação, pelos quais busca-se proibir as práticas anticoncorrenciais e estimular uma maior competição entre as empresas.

No entanto, em certas situações existem os chamados **monopólios naturais**.

Na presença de retornos crescentes de escala, em algumas atividades econômicas, é melhor, do ponto de vista da eficiência, que haja somente um produtor, pois como ele tem custos unitários cada vez menores, a produção, nesse caso, tende a ser maior do que em mercados competitivos.

EXEMPLO

É o caso da geração de energia elétrica: é melhor que haja uma única companhia, produzindo grandes quantidades de energia, do que várias – e pequenas – empresas, pois estas, enfrentando custos unitários mais elevados, tendem a produzir menos.

Na presença de um monopólio natural, o Governo intervém, ou assumindo a produção (como é o caso da extração de petróleo no Brasil) ou permitindo o monopólio privado e criando uma agência reguladora para fiscalizar o funcionamento do setor.

3.3. MERCADOS INCOMPLETOS

Os **mercados incompletos** são aqueles que poderiam ser explorados pelas empresas privadas, nos quais elas obteriam lucros normalmente, mas que apresentam características inibidoras: uma estrutura produtiva que exige investimentos muito elevados, com alto grau de risco e muito tempo para começar a gerar retornos.

Tais características acabam afastando o investimento privado, que muitas vezes não está disposto a assumir essas condições, fazendo com que haja uma oferta insuficiente de determinados bens.

Nesse caso, o setor estatal assume a iniciativa de produzir tais bens, ou então tenta influenciar o setor privado, por meio de incentivos fiscais, dentre outros.

Países em estágio inicial do desenvolvimento de suas indústrias geralmente passam por esse problema, razão pela qual o Governo acaba assumindo a posição de produtor, criando

empresas estatais para gerar bens ligados à infraestrutura, transportes, siderurgia, geração e distribuição de energia, telefonia e outros.

EXEMPLO

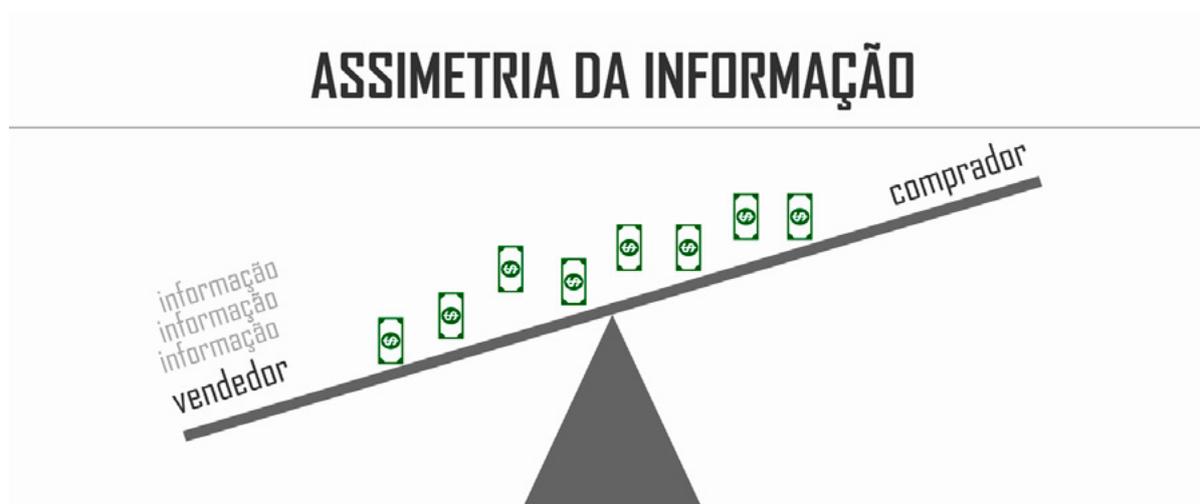
Esse foi o caso brasileiro durante os anos 1940 a 1980.

3.4. ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

Nas suas decisões de compra e venda, os agentes econômicos necessitam ter informações suficientes sobre as reais características e atributos das mercadorias e serviços.

Tanto o produtor quanto o comprador buscam maximizar sua satisfação, e levam em conta o nível de bem-estar que vão obter no mercado.

Entretanto, frequentemente uma das partes envolvidas na transação (geralmente o comprador) não possui a informação completa sobre o produto que está negociando, o que leva a ineficiências no processo decisório.



Nesses casos, o governo deve agir para garantir que toda informação relevante a respeito de um determinado produto seja conhecida por todos os participantes do mercado.

É isso que motiva o Governo a estabelecer obrigações para os produtores, no sentido de divulgar informações detalhadas sobre seus produtos e os impactos para o consumidor.

Se não houver simetria no nível de informação, o sistema de preços não funciona corretamente e a economia se afasta do Ótimo de Pareto.

EXEMPLO

O mercado de carros usados é um exemplo clássico: os vendedores normalmente detêm um maior nível de informação sobre as reais condições dos veículos que estão oferecendo aos

compradores. Assim, é comum que o preço de venda seja maior do que seria caso os potenciais consumidores soubessem exatamente como estão os bens que desejam comprar naquele momento.

INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS (ENTRE AS PARTES)



DIRETO DO CONCURSO

001. (CESPE/TCE-RN/AUDITOR/2015) Acerca dos conceitos de falhas de mercado, julgue. O fato de um grande número de pessoas não contratar seguro para seus automóveis justifica o valor elevado da franquia cobrado dos indivíduos que contratam esse tipo de serviço.



Na verdade, o valor elevado das franquias cobrado dos indivíduos que contratam os seguros de seus automóveis, deve-se às falhas de mercado existentes nesse ramo, especificamente os problemas de informações assimétricas do tipo risco moral.

Errado.

3.5. EXTERNALIDADES

Ocorrem quando alguma atividade de produção ou consumo possui efeitos indiretos sobre outras atividades de produção ou de consumo que não estejam diretamente refletidas nos preços de mercado.

Em outras palavras, **a interação entre produtores e compradores muitas vezes gera “efeitos externos” ao mercado, ou seja, afeta o bem-estar de terceiros, de pessoas que não fazem parte da transação.**

EXEMPLO

Um mercado de produtos químicos existe para que os produtores ofereçam tais bens aos compradores, a um determinado preço. Além dos custos de produção, que estão contidos no preço de venda, esse mercado pode muitas vezes gerar também um custo social, que é causado pela poluição, mas que não está incluído no preço do produto.

Nessa toada, gera-se um custo que acaba sendo arcado por terceiros – pessoas que nada têm a ver com esse mercado, mas que sofrerão parte dos custos, devido a problemas de saúde, contaminação etc.

DICA

O comportamento dos participantes de um dado mercado acaba gerando “custos” para terceiros, o que caracteriza, portanto, uma externalidade negativa na produção.

Na presença de uma externalidade negativa na produção, o custo social é maior que o custo privado, de forma que a “oferta social” é menor do que a oferta privada. A produção do mercado é maior do que a socialmente desejável. Assim, o Governo intervém no mercado visando à internalização de tais custos. É possível, por exemplo, cobrar um imposto sobre a emissão de substâncias nocivas ao meio ambiente, ou obrigar as empresas a adquirir equipamentos antipoluentes – aumentado assim seus custos privados.

Pode-se ter ainda externalidades negativas no consumo. É o que acontece com o hábito de fumar, que causa impactos negativos também sobre as pessoas que convivem com o fumante, além de gerar maiores custos no sistema de saúde por conta das doenças advindas do tabagismo. É por essa razão que os governos normalmente cobram elevados impostos sobre o cigarro.

DIRETO DO CONCURSO

002. (FCC/AL-MS/ECONOMISTA/2016) Sobre externalidades negativas tem-se que

- a) as firmas tendem a produzir mais do que o nível socialmente eficiente de produto.
- b) a sociedade ganha, pois as firmas não pagam os custos externos de produção.
- c) a competição perfeita é socialmente desejável, pois elimina a externalidade negativa.
- d) um monopólio irá sempre produzir um nível de produto que é igual ao nível socialmente eficiente.
- e) esta externalidade não é mais um problema, pois ela é passível de aferição.



Na presença de externalidades negativas existem custos que são externos, ou seja, que não são internalizados pelo produtor, logo, podemos dizer que, na verdade, a firma incorre num custo menor do que aquele em que incorreria se estes custos fossem computados. Assim, a produção tende a ser maior do que aquela socialmente ótima.

Agora vamos apontar os erros das demais alternativas:

- b) Errada. Como é a sociedade quem paga, o seu benefício líquido cai, ou seja, ela perde.
- c) Errada. Embora realmente a competição perfeita seja socialmente desejável, já que tende a gerar os menores preços de mercado possíveis, não podemos afirmar que elimine a externalidade negativa.
- d) Errada. As externalidades podem acontecer tanto em monopólios como em mercados competitivos.
- e) Errada. Não é fácil aferir, mas é possível, sim. Embora somente aferir não resolva o problema em tela.

Letra a.

Nesse contexto, surge o conceito denominado **“Teorema de Coase”**, que nada mais é do que uma constatação de que as externalidades podem ser, em determinadas circunstâncias, corrigidas e internalizadas pela negociação entre as partes afetadas, sem necessidade de intervenção de uma entidade reguladora (sem necessidade da atuação do Estado).

As circunstâncias necessárias para que tal seja possível são, segundo Coase, a possibilidade de negociação sem custos de transação e a existência de direitos de propriedade garantidos e bem definidos.

Desse modo, surge a “figura” das **Licenças negociáveis para poluir**.

Aí você me pergunta:

O que é isso, professor? Licença para poluir?
SIM!

Na verdade, o denominado **sistema de licenças negociáveis** é um tipo específico de direito de propriedade que consiste em uma licença por meio da qual os agentes econômicos, no de-

envolvimento de suas atividades produtivas, têm a permissão de poluir e/ou degradar o meio ambiente, em estrita consonância com o que está especificado em cada licença.

As licenças negociáveis constituem-se em um **instrumento econômico que atua via quantidade**, não via preço.

O sistema funciona da seguinte forma: o governo determina o nível máximo permitido de poluição em termos agregados, que pode ser para um poluente específico, numa região determinada ou então para um conjunto de indústrias. Em seguida, divide-se esse total em cotas, que assumem a forma jurídica de direitos/licenças, os quais são alocados ou leiloados entre os agentes envolvidos.

Para que o sistema de licenças negociáveis seja um mecanismo eficiente de controle de poluição e da degradação do meio ambiente, os agentes poluidores não só podem como devem comercializar seus direitos. Assim, à medida, por exemplo, que cada poluidor incorporar tecnologia mais “limpa” nas suas atividades econômicas, atingindo um nível de emissões de poluentes abaixo do fixado, será feita uma espécie de “encontro de contas”.

DIRETO DO CONCURSO

003. (FCC/COPERGÁS/ECONOMISTA/2016) Duas empresas enfrentam uma situação de conflito, particularmente sobre poluição. A aplicação do Teorema de Coase diz que

- a) a definição de quem tem direito sobre a poluição pode possibilitar negociação que objetive alcançar o nível ótimo de emissão de poluição.
- b) o estabelecimento de taxa sobre a unidade de poluição emitida leva a empresa a produzir poluição apenas enquanto o aumento do lucro seja maior que a taxa.
- c) deve ser imposta a quantidade máxima de quanto pode ser emitido de poluição por cada uma das duas empresas.
- d) um equilíbrio Pareto-ótimo será alcançado com a imposição de taxa sobre as duas empresas.
- e) a ausência de intervenção leva as duas empresas ao melhor ponto de equilíbrio.



O Teorema de Coase propõe que, respeitados alguns condicionantes, o problema da externalidade pode ser resolvido por meio da livre negociação entre as partes.

Levando isso em conta, já eliminamos as alternativas “B”, “C” e “D”, já que todas estas propõem intervenção do governo no mercado.

Como Coase propõe que, se os custos de transação (negociação entre as partes) forem insignificantes e o direito sobre a propriedade estiver bem definido (independente de quem o possui), a livre negociação trará o resultado eficiente, eliminando a externalidade, podemos marcar alternativa “A”, já que nela consta que haja definição de quem tem o direito sobre poluição. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que polui uma praia e um pescador da região. Teremos externalidade negativa e, portanto, ineficiência, se esta praia for pública, mas se a praia for de propriedade de qualquer um, da empresa ou do pescador, a externalidade será dissipada através da negociação entre o pescador e a firma poluidora.

Letra a.

Entretanto, as externalidades podem também ser positivas!

EXEMPLO

Os serviços educacionais e hospitalares beneficiam não somente um aluno ou paciente específico, mas toda a sociedade.

Na presença de uma externalidade positiva, o benefício privado é menor que o benefício social, de forma que a “oferta social”, desejável, seria maior do que a oferta privada.

A produção do mercado é menor do que a socialmente desejável, levando o Governo a promover um aumento na oferta de tais bens.

O **tributo de Pigou ou imposto/taxa pigouviana** é um tributo aplicado a uma atividade de mercado que esteja gerando externalidades negativas, cujos efeitos colaterais adversos para a sociedade não são embutidos no preço final das mercadorias.

Assim, o **tributo de Pigou** serve para corrigir uma falha de mercado, cobrindo o custo social das externalidades negativas, de modo a mitigar o excesso de consumo do produto.

Em contraste, mas com a mesma linha de raciocínio, funciona o **subsídio pigouviano**, que serve para fazer usufrutuário das externalidades positivas pagarem pelo benefício extra recebido e estimular a sua produção.

Veja os principais conceitos relacionados às externalidades no diagrama seguinte:

EXTERNALIDADES

São os EFEITOS das ações de um agente econômico que recaem sobre outros agentes que não participam da ação.

Externalidades Positivas (economias externas): ocorrem quando a ação individual gera, involuntariamente, um benefício para a sociedade. Por conseguinte, essas ações devem ser incentivadas.

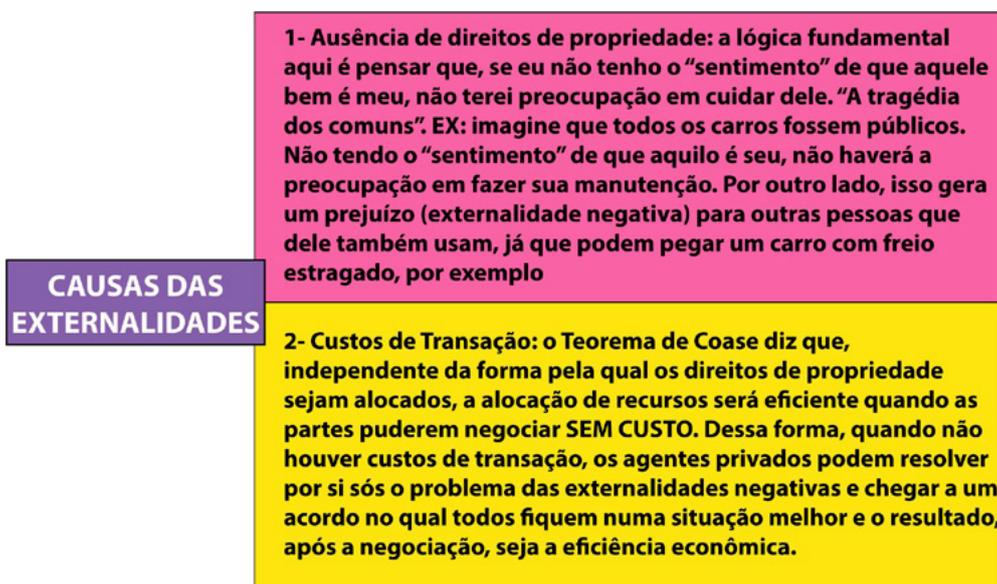
• Benefícios Sociais > Benefícios Privados OU Custo Social < Custo Privado
Ex: agricultura e redução da inflação: altas produções geram altas ofertas e, coeteris paribus, tendem a reduzir o preço dos produtos (reduzindo inflação). O Governo poderia, por exemplo, subsidiar a produção para incentivá-la a produção e conseqüentemente, aumentar sua oferta.

Externalidades Negativas (deseconomias externas): por outro lado, ocorrem quando uma ação individual gera um custo social. Por conseguinte, essas ações devem ser desincentivadas.

• Custos Sociais > Custos Privados OU Benefícios Sociais < Benefícios Privados.

Ex: emissão de poluentes: indústrias geram, naturalmente, poluição (prejudicial à saúde pública). O governo poderia, por exemplo, impor impostos e multas (aumento do custo, logo, do preço), desincentivando a produção e reduzindo a oferta.

Veja as principais causas das externalidades no diagrama seguinte:



3.6. BENS PÚBLICOS

Para os diversos bens produzidos pelo mercado, os preços funcionam como “sinais” que guiam as decisões de compradores e vendedores.

Os bens públicos, por sua vez, são gratuitos. Para eles as forças de mercado deixam de funcionar, e não servem como guia para a produção e o consumo.

Assim, não haverá oferta de bens públicos pelo mercado, levando o Governo a produzir tais bens.

EXEMPLOS

Como exemplos de **bens públicos puros**, temos a defesa nacional, a segurança pública, os serviços de Justiça e a iluminação pública.

Para entender as características dos bens públicos, vamos, em primeiro lugar, observar os aspectos relacionados aos bens privados:

Os **bens PRIVADOS** obedecem a dois princípios: **a exclusividade e a rivalidade**.

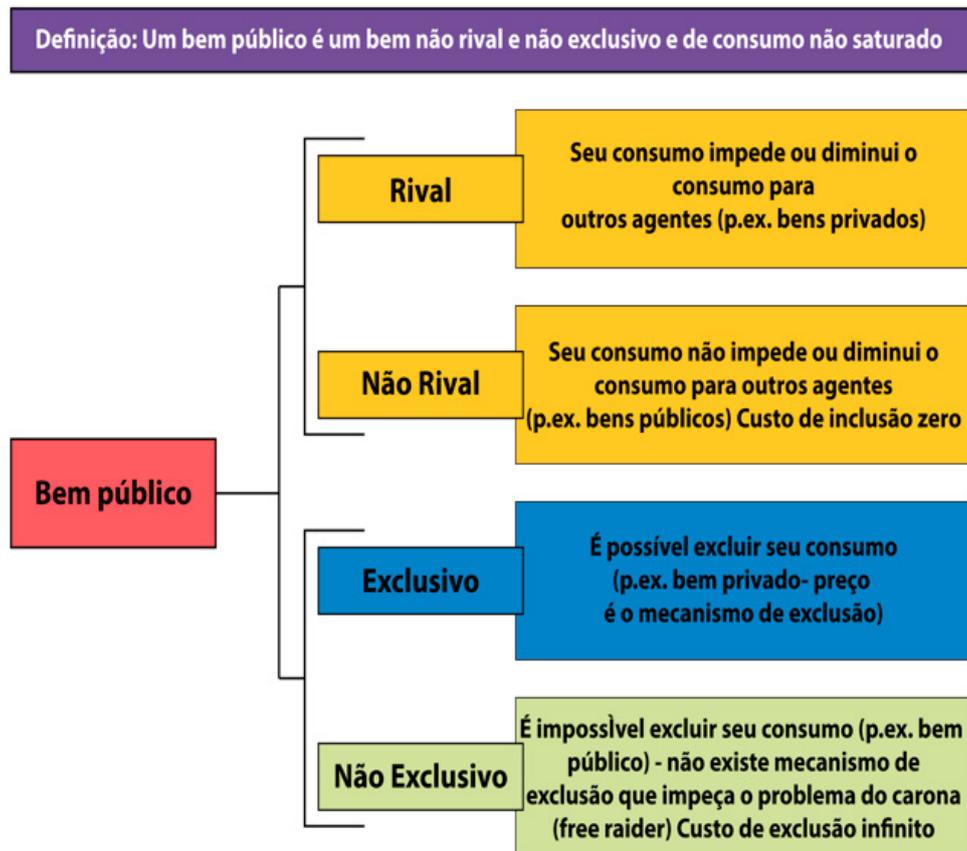
A **exclusividade** está relacionada à possibilidade de impedir uma pessoa de usar um bem se ela não pagar por esse uso.

A **rivalidade** ocorre quando o consumo de um bem por uma pessoa diminui a disponibilidade deste bem, prejudicando o consumo por parte de outras pessoas.

Os bens privados são exclusivos e rivais.

Os bens públicos, por sua vez, são não exclusivos e não rivais.

Bem público



EXEMPLO

A iluminação pública estará disponível para todas as pessoas que transitarem pela cidade à noite, não sendo possível cobrar, individualmente, um preço de cada pessoa, nem impedir sua circulação nas áreas iluminadas caso ela se negue a fazer o pagamento devido (**bem não exclusivo**).

Além disso, a quantidade de luz disponível é idêntica, havendo naquele momento cinco ou trinta pessoas transitando na rua, de modo que o consumo de uma pessoa não diminui o consumo das demais (**bem não rival**).

DIRETO DO CONCURSO

004. (CESPE/TCU/AUFC/2015) Acerca dos conceitos de falhas de mercado e sua relação com a eficiência econômica e da formação de estruturas de mercado, julgue o item.

Em geral, o princípio da não exclusão no consumo de bens públicos torna a solução de mercado eficiente para garantir a necessária oferta desses bens à sociedade.



A assertiva é errada, já que é justamente pelo fato de os bens públicos serem não excludentes e não rivais que eles são bens públicos.

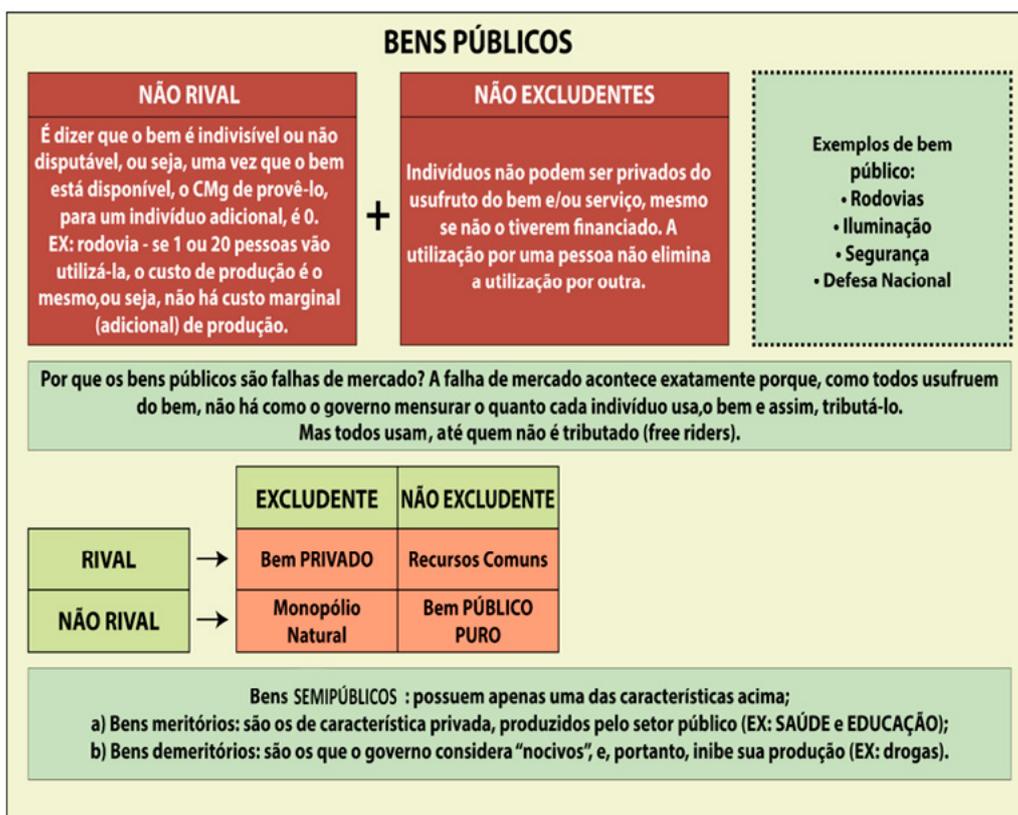
Errado.

Os bens públicos, por não possuírem os atributos da exclusividade e da rivalidade, fazem surgir a figura do “carona” (ou free-rider): o indivíduo que quer consumir o bem sem pagar, não sendo possível impedir que ele tenha acesso ao bem.

Considerando que as pessoas não podem ser excluídas de desfrutar os benefícios produzidos por um bem público (ou um recurso comum), alguns indivíduos (os “caronistas”) evitarão pagar por este bem, esperando que outros o financiem.

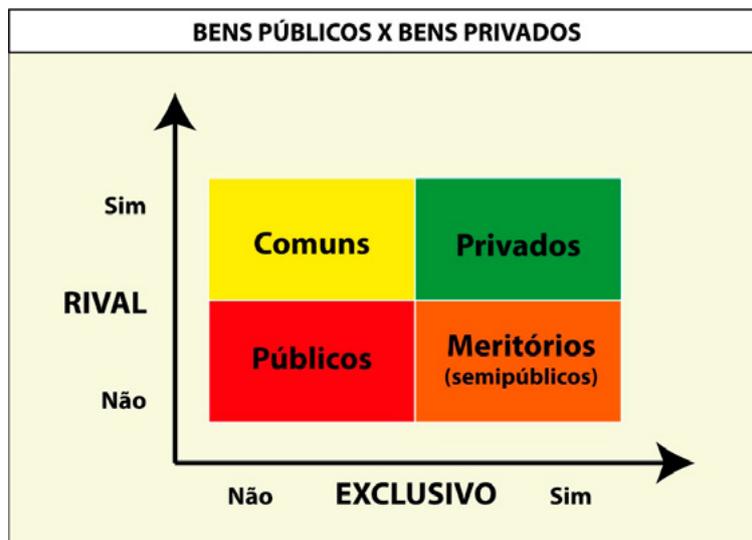
O **Governo** acaba chamando para si a responsabilidade pela provisão dos bens públicos, financiando seus custos de produção de forma compulsória para toda a sociedade por meio da tributação, uma vez que o “free-rider” tende a não revelar o quanto estaria disposto a pagar pelo bem, esperando que outros o façam.

Um caso especial é o dos bens semipúblicos ou meritórios, como a Educação e a Saúde. Apesar de serem bens privados, pois atendem aos critérios da exclusividade e da rivalidade, o Governo tem interesse em ampliar a oferta de tais bens, pois eles geram externalidades positivas: beneficiam não somente os alunos e pacientes, mas toda a sociedade.



Veja no diagrama seguinte as principais características de cada tipo de bem:

Características	Bem privado puro	Bem público puro	Bem meritório Quase público	Bem demeritório	Bem comum
Divisibilidade	Divisível	Indivisível	<ul style="list-style-type: none"> • Não rival e exclusivo • Provisão pelo Estado não alcança a todos • De consumo obrigatório, portanto fere o princípio da soberania do consumidor Indivisível ou divisível, com margens externas significativas (gera grande externalidade positiva) P.ex. educação e saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • = Meritório, porém consumo geral grande externalidade negativa. Governo desestimula ou proíbe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rival • Não exclusivo <p>Tragédia dos comuns: • É a tendência que os bens comuns têm de serem consumidos até a exaustão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • P. ex. Pastos na Inglaterra, dejetos no Rio Tietê.
Exclusão	Exclusivo	Não Exclusivo			
Consumo	Individual	Coletivo			
Rivalidade	Rival	Não Rival			
Provisão	Privada	Pública			
Financiamento	Preço	Imposto			
Princípio dominante	Soberania	Conformidade			
Regra alocativa	1 Voto = 1 unidade monetária	1 Voto = 1 indivíduo			



3.7. OUTRAS FALHAS DE MERCADO

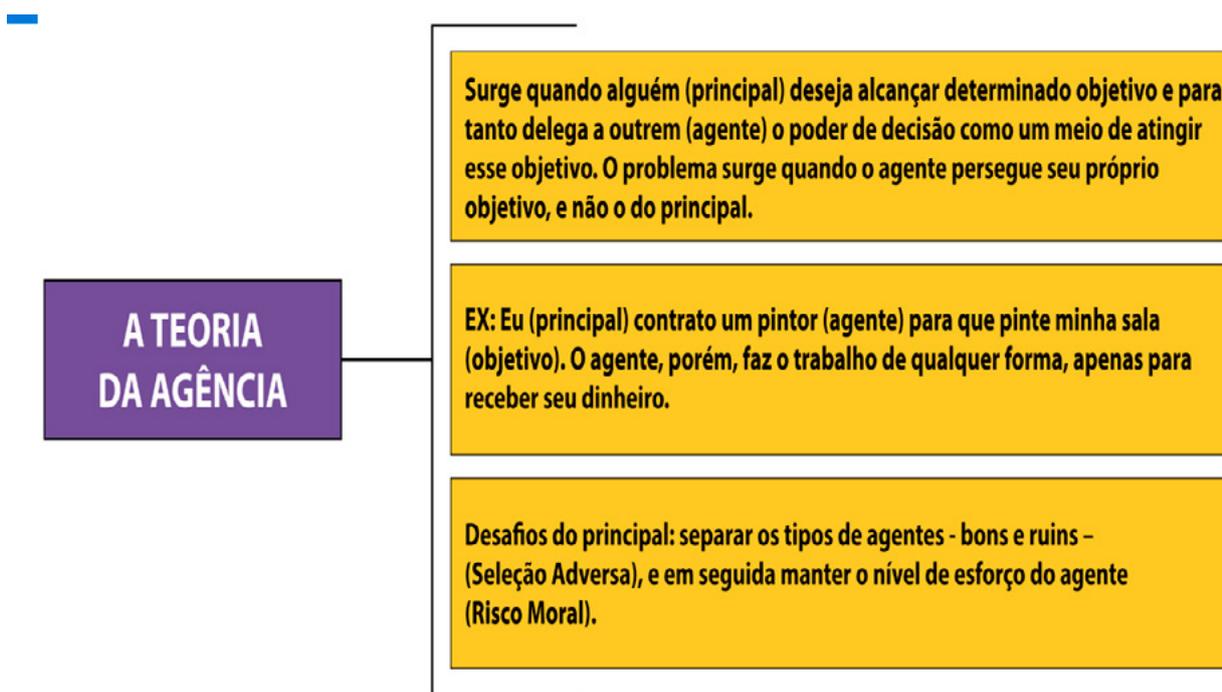
A teoria da agência, dilema da agência ou o problema do principal–agente, ocorre quando uma pessoa ou entidade (o “agente”) está apta a tomar decisões ou a promover iniciativas em nome de, ou com impactos, relativos a outra pessoa ou entidade (o “principal”).

Na verdade, o dilema surge quando “agentes” começam a agir de acordo com os seus interesses próprios, em detrimento dos interesses dos “principais” que os recrutaram.

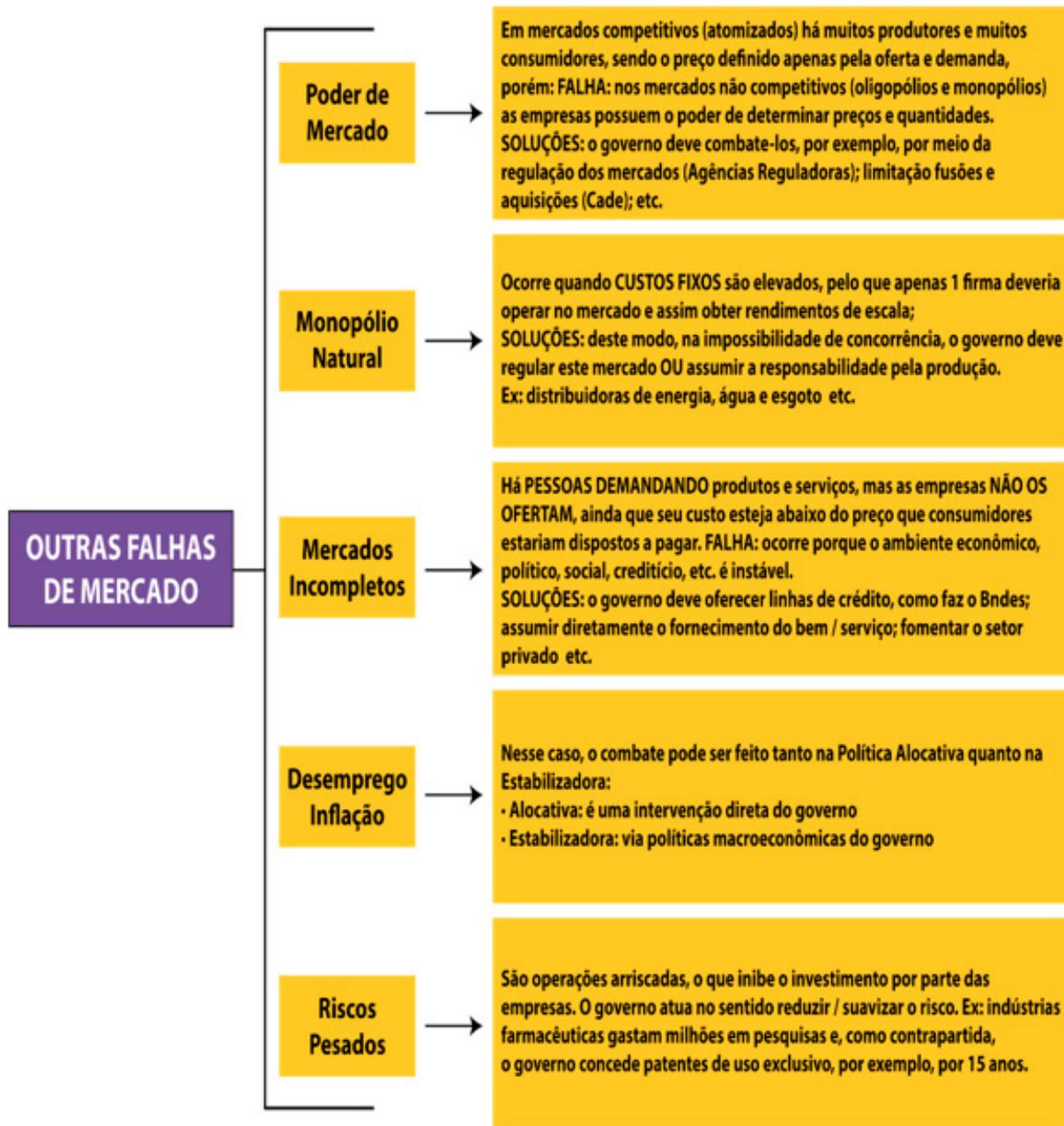
Nesse sentido, as condições de informação assimétrica e incompleta agravam o quadro, gerando um conflito de interesses e/ou um risco moral.

Vários mecanismos podem ser utilizados para tentar alinhar os interesses do “agente” com os do “principal”, tais como pagamentos por tarefa, comissionamento, participação nos lucros, medição de desempenho.

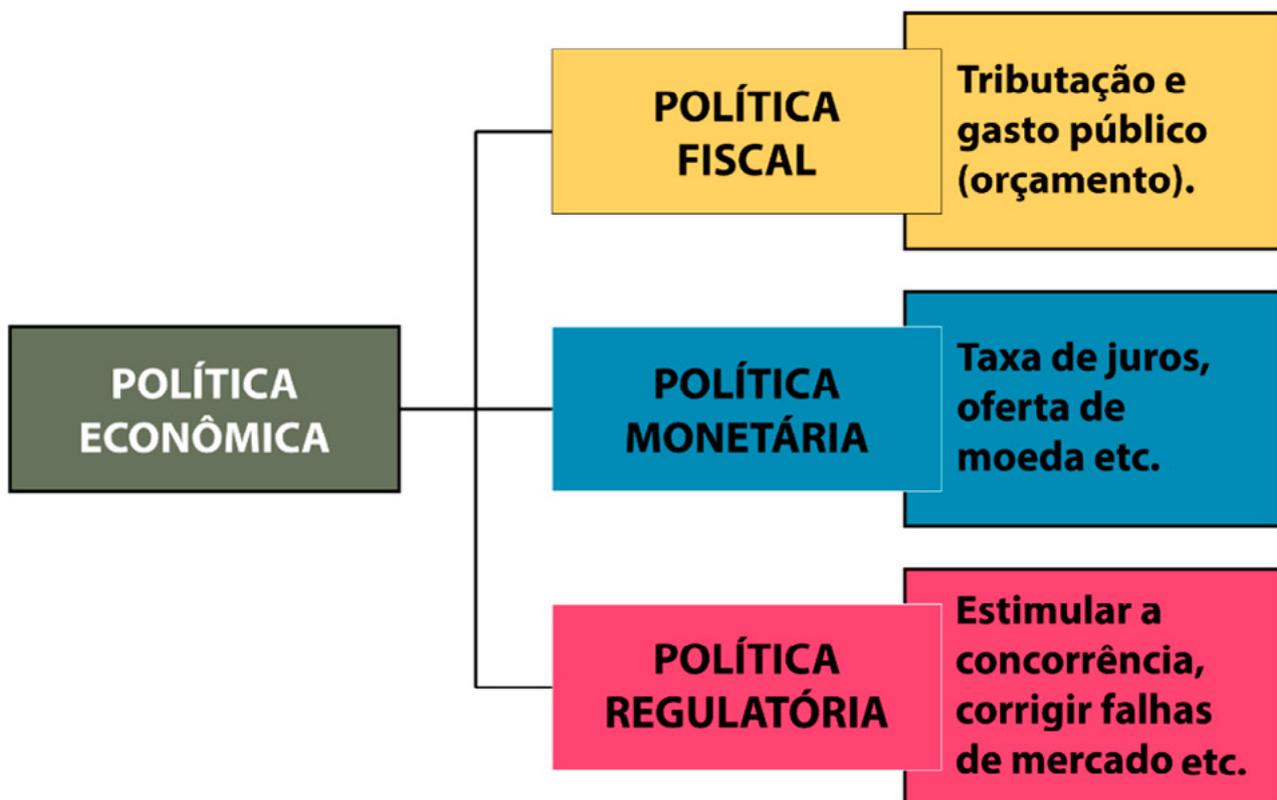
Veja, por exemplo, a aplicação de determinada legislação por parte de uma agente que está sujeita a interpretação legalista ou burocrática, que cria oportunidades e incentivos para o burocrata, como “agente”, se desviar das intenções ou preferências dos legisladores.



Temos, ainda, outras situações consideradas como falhas de mercado que podem aparecer em sua prova. Confira no diagrama a seguir:



A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva e despesas planejadas, com objetivo de permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e uma distribuição justa de renda.



Para que o Governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento do que chamamos de estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicações de políticas econômicas objetivadas na equidade, no crescimento e na distribuição de renda no país.

É importante reforçar a ideia de que a necessidade de atuação econômica do setor público decorre da constatação de que a simples existência do sistema de mercado, composto por empresas e consumidores somente, não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas e funções que visam ao bem-estar de toda uma população.

Segundo a **classificação de Richard Musgrave** sobre as funções do setor público (Estado) em economias de mercado, existem 3 funções precípua exercidas pelo Estado, comentadas a seguir. **Registre-se ainda que surgiu uma 4ª função, denominada FUNÇÃO REGULADORA, derivada da função alocativa.**

Funções econômicas



4. FUNÇÃO ALOCATIVA

A **função alocativa** do setor público está relacionada às ações empreendidas no **fornecimento de bens e serviços não disponibilizados pela economia de mercado**.

Nesse sentido, **o setor público disponibiliza bens e serviços para consumo coletivo e não exclusivo a esta ou aquela faixa da população**.

A **ideia básica da função alocativa é que o setor público atue onde a iniciativa privada sozinha não consegue ou não tem interesse de atuar**.



EXEMPLO

Em referência, cita-se como exemplo de bens públicos a segurança.

DIRETO DO CONCURSO

005. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço Jean-Jacques Fontaine, que lançou recentemente o livro Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto, ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no Porto Maravilha. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

Por meio da implantação de UPPs em comunidades carentes dominadas pelo crime organizado, o Estado atuou no âmbito de sua função alocativa, garantindo a oferta do bem público segurança.



Repare que via função alocativa o Estado realizou a oferta do bem público segurança que, no caso das UPPs, foca nas comunidades carentes dominadas pelo crime organizado.

Certo.

5. FUNÇÃO DISTRIBUTIVA

Por sua vez, a **função distributiva** refere-se às **ações de caráter redistributivo** efetuadas por meio de **medidas de transferência que o Estado executa em favor dos segmentos menos favorecidos da sociedade**.

Ressalta-se, como exemplo, a implementação de estrutura tributária progressiva, cujos valores de impostos arrecadados dos possuidores de riqueza sejam transferidos para pessoas de baixa renda por meio da oferta de educação e saúde de qualidade.

A alocação do gasto público voltada a atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma indireta de distribuir renda.

EXEMPLO

O programa **Bolsa Família** talvez seja o exemplo mais emblemático da função distributiva (estilo Robin Wood), uma vez que o governo transfere para os mais pobres os valores arrecadados de toda a sociedade de acordo com a capacidade contributiva de cada um.

DIRETO DO CONCURSO

006. (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A função do orçamento público que visa melhorar a posição de algumas pessoas em detrimento de outras e, com isso, corrigir falhas do mercado é denominada função

- a) controladora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) econômica.



A função distributiva consiste em intervir na economia para **tornar a sociedade menos desigual** em todos os seus aspectos, tanto em relação à renda quanto no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos e aos benefícios gerais da vida em sociedade.

Letra c.

6. FUNÇÃO ESTABILIZADORA

A terceira ação econômica do setor público se dá no âmbito da **função estabilizadora**, expressa por ações de **intervenção na economia com o intuito de contribuir para seu melhor funcionamento**.

FUNÇÃO ESTABILIZADORA

Corresponde ao manejo da política econômica para tentar garantir o máximo de emprego, e crescimento econômico.

Objetivo:

Alterar os níveis de preços e emprego, visto que estes não ocorrem de maneira automática na economia.

Ex: Redução do IPI dos carros.



EXEMPLO

Destacam-se as intervenções voltadas à redução da inflação, bem como as ações destinadas ao combate do desemprego em determinado setor produtivo.

DIRETO DO CONCURSO

007. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.



A assertiva está errada, já que conceituou a função distributiva. A estabilizadora é aquela que foca em contribuir para o melhor funcionamento da economia.

Errado.

DIRETO DO CONCURSO

008. (CESPE/FUB/ADMINISTRADOR/2015) Julgue:

O orçamento público possui três funções distintas que coexistem simultaneamente: alocativa, distributiva e estabilizadora.



Para resolver esta questão, basta ter em mente, de modo bem resumido, as Funções Orçamentárias de Musgrave, que são a Alocativa (aquela realizada por meio de ajustamentos na alocação de recursos), a Distributiva (que atua na redistribuição da renda) e a Estabilizadora (que visa a garantir a estabilização econômica).

Certo.

Fora da mencionada classificação do velho Musgrave, há quem diga, e quem sabe não será o caso do seu examinador, que faz parte dos atributos sob responsabilidade do setor público a **função de crescimento econômico**, expressa pelas ações voltadas a fomentar investimentos, tanto públicos como privados, na economia.

Como exemplos, citam-se os investimentos públicos realizados em estradas e hidrelétricas sob sua responsabilidade, assim como a disponibilidade de financiamento subsidiado para o setor privado fazer investimentos em áreas consideradas prioritárias, mas que o velho Musgrave consideraria integrante da própria função alocativa.

7. FUNÇÃO REGULADORA E POLÍTICA REGULATÓRIA

Podemos dizer que a **regulação** nada mais é do que a **ordenação das atividades econômicas**. Em outras palavras, a **regulação** da atividade econômica é a **neutralização dos fatores que podem levar ao desequilíbrio de um sistema econômico**, servindo, assim, para manter ou restabelecer o funcionamento do sistema econômico de modo equilibrado.

As Políticas Regulatórias são responsáveis pela normatização das políticas públicas distributivas e redistributivas e incidem de forma diferente em cada segmento social. Podemos citar como exemplo a limitação da venda de determinados produtos.

Quando vemos a **regulação pela sua dimensão social**, temos que ampliar nossa visão para um conjunto de ações da Administração Pública para promover valores sociais e culturais com efeitos sobre a organização dos mercados.

Nessa pegada social, podemos observar atuações como a defesa do consumidor e do meio ambiente, controle das atividades sociais não exclusivas do Estado e exercício de tarefas de monitoramento e fiscalização voltadas à satisfação do interesse público.



O contexto aqui é que o Estado deixe de agir como empresário, reforçando e qualificando sua atuação normativa e fiscalizadora para poder atuar efetivamente como regulador em áreas econômicas sensíveis, como:

1. Regulação para promover a concorrência;
2. regulação corretiva em setores competitivos que apresentem alguma disfunção conjuntural na formação do mercado;
3. regulação para estimular a concorrência em setores estruturalmente não competitivos ou com problemas conjunturais de mercado;
4. regulação social para assegurar prestações mínimas.

Em última instância, podemos dizer que a **Regulação Estatal da Atividade Econômica visa a promover o interesse público para obter a eficiência econômica produtiva, distributiva e alocativa com minimização de custos, aumento da produtividade, socialização de efeitos positivos, compartilhamento de eficiências e aumento da utilidade para produtores e consumidores.**

Também é missão da regulação Estatal da Atividade Econômica assegurar a **prática de preços razoáveis para os consumidores**, permitindo que os bens e serviços sejam adquiridos pelos consumidores que mais necessitam, promovendo a **modicidade tarifária** e, assim, a universalização do exercício dos direitos fundamentais à saúde e à vida, por exemplo.

Além disso, visa a promover a concorrência nos setores por meio do aumento da inovação e da produtividade, melhoria da qualidade dos bens e serviços ofertados e da redução de preços, mas protegendo o meio ambiente e conservando os recursos naturais escassos.

Nesse contexto, quando falamos em eficiência econômica no âmbito da regulação, estamos falando em **eficiência produtiva**, ou seja, quando a administração pública incentiva o uso dos recursos produtivos da forma mais eficiente possível.

Do ponto de vista da **distributividade** de recursos, a regulação deve partilhar os benefícios decorrentes das restrições regulatórias com os consumidores finais.

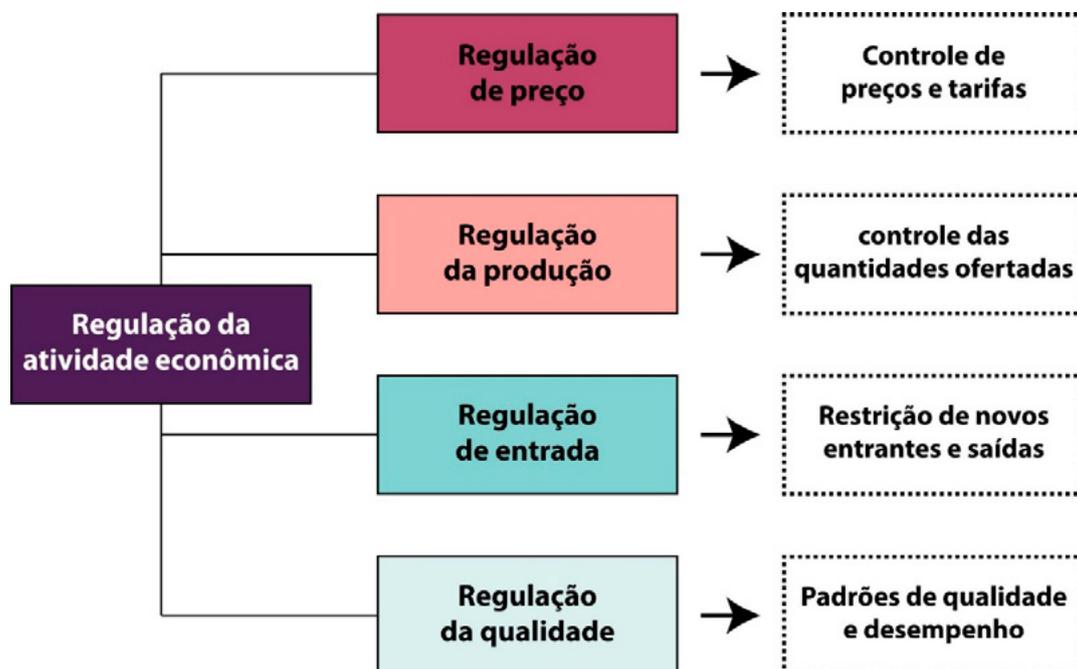
Em termos de **alocação de recursos**, a ideia é que a regulação estimule a produção por parte das empresas mais eficientes e que seus produtos e serviços sejam comprados pelos consumidores que mais necessitem.

Basicamente, podemos dizer, em outras palavras, que a regulação da atividade econômica deseja o alcance da maior eficiência possível, ou seja, deseja-se obter um mercado equilibrado.

Em contraste, a **desregulação** econômica é a redução do grau de intervenção do Estado em determinado setor da Economia, reduzindo a burocracia, a normatização e o controle.

A **re-regulação** é aquela regulação que surge após a desregulação, e é realizada em setores da economia que voltaram ao exercício prioritário da iniciativa privada ou que passaram a ser explorados diretamente por ela.

A **regulação da atividade econômica** atua, então, por meio de mecanismos como a **regulação de preço**, por meio do controle de preços e tarifas, a **regulação da produção**, por meio do controle de quantidades ofertadas, a **regulação de entrada**, com restrições às entradas e à saída de empresas do mercado e a **regulação da qualidade**, com a definição dos padrões de qualidade e desempenho.



A Administração Pública dispõe de instrumentos de regulação que têm por objetivo influenciar uma das quatro principais variáveis de uma estrutura de mercado:

- 1. Estrutura de Preços e Custos;
- 2. Quantidade Ofertada/Demandada;
- 3. Número de firmas (produtores e compradores) e grau de relacionamento (barreiras a entradas e saídas, integração Vertical/Horizontal);

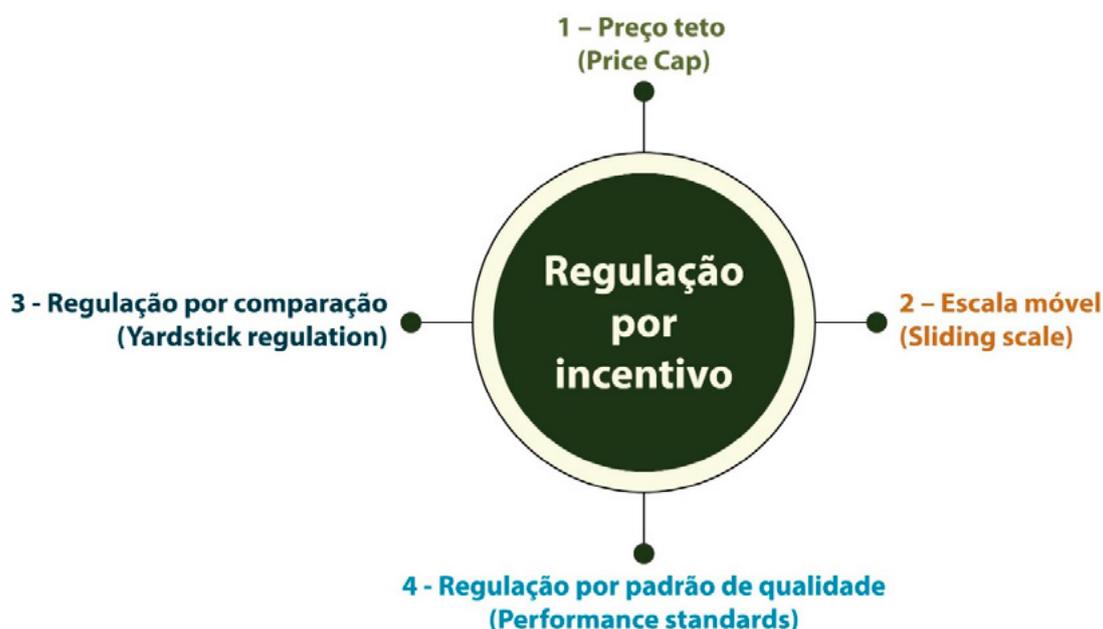
- 4. Qualidade do produto e Diversificação.

Reajuste tarifário é o processo simplificado automático que visa ao poder de compra do concessionário de serviço público, sendo este, em regra, previsto na outorga da concessão e atrelado a um índice de variação de preços, sem que seja necessário demandar um processo para isso.

Já na chamada **Revisão tarifária** é necessário um processo administrativo formal visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo necessário quando acontecem mudanças significativas nos custos ou quando são alterados os encargos da indústria regulada.

A **tarifação por custo de serviço, ou por TIR – TAXA INTERNA DE RETORNO**, visa a estabelecer uma taxa de retorno pré-determinada à indústria regulada. **Não incentiva o ganho de eficiência por parte da indústria regulada, não** estimulando a busca por novas tecnologias que gerem a redução de custos e, conseqüentemente, a redução de preços.

A **tarifação por preço teto**, também chamada de tarifação **price-cap**, define limites ao valor das tarifas, ou seja, determinado o valor inicial da tarifa, o seu reajuste não pode ultrapassar um valor máximo (daí vem o nome desse método). Traz como **grande vantagem o incentivo aos ganhos de produtividade, os quais são repassados, em parte, ao consumidor.**



Por outro lado, quando o órgão regulador abre o mercado para o surgimento da competição, surge a **regulação para competição**.

A **AIR – Análise do Impacto Regulatório**, serve para reduzir as assimetrias de informação e contribuir para que as ações regulatórias sejam eficientes, efetivas e eficazes, além subsidiar as decisões do responsável pela regulação. É uma abordagem sistêmica, que visa à uma ava-

liação crítica dos efeitos negativos e positivos da regulação, seja ela já em curso ou ainda em fase de proposição de alternativas não regulatórias.

A **AIR é ampla**, abrangendo não só as ações em curso, mas também as que ainda estão sendo gestadas, e não somente a regulação, mas também as alternativas não regulatórias, como a autorregulação e até mesmo a não regulação. Ou seja, por meio da AIR avalia-se inclusive se existe necessidade ou não da regulação em sua forma usual.

A **ARR** é um instrumento de avaliação do desempenho do ato normativo adotado ou alterado, considerando o atingimento dos objetivos e resultados pretendidos, bem como demais impactos observados sobre o mercado e a sociedade, em decorrência de sua implementação.

Enquanto a **ARR é a análise feita após** a implantação da regulação, de modo a avaliar os resultados obtidos, se os objetivos foram alcançados e quais as consequências do ato normativo, **a AIR é a análise feita antes** da regulação.

DIRETO DO CONCURSO

009. (CESPE/PF/AGENTE/2014) Julgue:

Uma política adequada de regulação deve ter objetivos claros quantificáveis, tendo presente que regulação não é apenas fixar preço.



É primordial que uma política adequada de regulação trace objetivos claros para evitar conflitos entre as empresas e os usuários, ou entre elas e o governo. Assim, é fundamental também que a regulação abarque outros itens além da fixação do preço, como a regulação de quantidades, controle de qualidade e manutenção de empresas no mercado, bem como a chegada de novos entrantes.

Certo.

DIRETO DO CONCURSO

010. (CESPE/PC-PA/AGENTE/2009) Julgue:

Os principais objetivos da regulação de mercados são o bem-estar do consumidor e a melhoria da eficiência alocativa, distributiva e produtiva da indústria envolvida.



Exato! Aqui aliamos a dimensão social, em que temos que ampliar nossa visão para um conjunto de ações da Administração Pública para promover valores sociais e culturais com efeitos sobre a organização dos mercados, com a visão econômica, especificamente de eficiência econômica em sentido amplo.

Certo.

DIRETO DO CONCURSO

011. (CESPE/PF/AGENTE/2014) Julgue:

Regulação de mercados poderia ser definida como o conjunto de ações públicas que busca melhorar a eficiência da alocação dos recursos no mercado ou aumentar o bem-estar social dessa alocação.



O item abordou a pegada social da regulação, no sentido de promover valores sociais e culturais com efeitos sobre a organização dos mercados, aliada com a visão econômica, especificamente de eficiência econômica em sentido amplo.

Certo.

8. POLÍTICA FISCAL

8.1. CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

O que é a política fiscal?

É a política de planejamento e administração do orçamento do Estado. Ou seja, serve para decidir o quanto e como o Estado vai arrecadar e o quanto e como vai gastar.

DESPESAS
Despesa com pessoal
Compras públicas
Investimentos públicos
Transferências
Subsídios

X

Resultado nominal = receita – despesa
Resultado primário = receita – despesa (exceto a despesa com juros)
Déficit: Receita < Despesa
Superávit: Receita > Despesa

RECEITAS
Tributos (impostos, taxas e contribuições)
Títulos públicos
Empréstimos
Privatizações
Outros

A Política Fiscal corresponde a todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos e o controle de suas despesas, ou seja, são variações no orçamento público com o objetivo de modificar seus agregados, tais como a receita/despesa pública e o investimento. Em outras palavras, é a denominação dada à política de tributação (receitas) e de gastos (despesas) que um governo adota em determinado momento.

Em apertada síntese, podemos dizer que a política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e à arrecadação do governo, no intuito de modificar o nível de produto da economia.

Para combater o déficit público, uma política fiscal pode optar pela redução das despesas e/ou aumento de receitas pela majoração de impostos.

É importante destacar que, além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e das alíquotas dos tributos, pode ser utilizada para estimular (ou inibir) os gastos de consumo e investimentos do setor privado. Assim, é importante você guardar que a política fiscal praticada pelo governo tem a capacidade de interferir na economia sob diferentes formas.

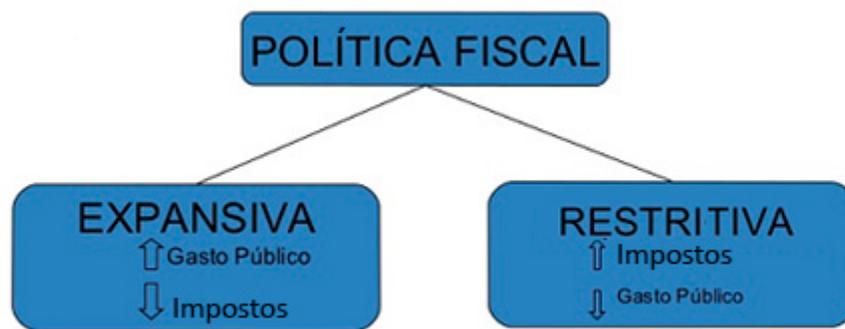
8.2. POLÍTICA FISCAL CONTRACIONISTA

Quando o objetivo da política econômica for reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas, são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo).

Como essa gama de medidas visa à diminuição dos gastos da coletividade, trata-se da chamada política fiscal reducionista, ou contracionista.

Guarde, portanto, que a política fiscal constitui, também, um instrumento útil para o combate ao processo inflacionário. Em situação de excesso de demanda frente a determinado quadro de oferta de bens e serviços, a procura excessiva pode ser contraída por meio da redução dos gastos públicos, bem como por meio da elevação dos tributos.

Assim, enquanto a adoção de medidas de contração de gastos públicos afeta negativamente o consumo de forma direta, o aumento da carga tributária reduz, indiretamente, os níveis de consumo.



8.3. POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA

Se o objetivo for um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são iguais, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada. É a chamada política fiscal Expansionista.

Considerando ser o objetivo da política fiscal impulsionar a produção e o emprego, os gastos públicos provocam efeito multiplicador na economia.

Nesse sentido, ao ampliar seus gastos, o governo está aumentando a demanda e, por consequência, estimulando a estrutura produtiva a elevar sua oferta.

Dessa forma, quando, por exemplo, o governo contrata uma empresa empreiteira para a construção de uma estrada, conduz esta empresa a gastos com aquisição de insumos e equipamentos, pagamento de salários e outras prestações de serviço etc.

Por sua vez, os fornecedores e os trabalhadores contratados efetuam outros gastos a partir das remunerações recebidas com outros agentes econômicos, e assim por diante.

DIRETO DO CONCURSO

012. (CESPE/MJ/ECONOMISTA/2013) Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.



Pode-se dizer, “grosso modo”, que a Política Fiscal é definida de acordo o déficit fiscal (do orçamento público) alcançado, ou seja, caso apresente déficit fiscal, está querendo estimular a economia. Em sentido oposto, caso apresente superávit fiscal, está adotando uma política fiscal contracionista.

Certo.

DIRETO DO CONCURSO

013. (CESPE/PF/APF/2012) Julgue o item seguinte, acerca de noções de economia. Uma política fiscal que vise ao fomento do crescimento econômico e à geração de empregos deve contemplar medidas de redução dos gastos públicos e elevação da carga tributária.



Vamos reescrevê-lo corretamente:

Uma política fiscal que vise ao fomento do crescimento econômico e à geração de empregos deve contemplar medidas de AUMENTO dos gastos públicos e REDUÇÃO da carga tributária (POLÍTICA EXPANSIONISTA).

Errado.

8.4. FUNÇÃO ESTABILIZADORA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

A função estabilizadora do sistema tributário é composta pela influência da Política Fiscal e de seus respectivos estabilizadores automáticos.

Calma, não se assuste!
Vamos sem medo.

Saiba que um **estabilizador automático** é qualquer ação do sistema econômico que tenda a **reduzir mecanicamente as forças de recessão e/ou da expansão da demanda, sem que sejam necessárias medidas discricionárias de política econômica.**

Calma, vou explicar de outro modo.

Os dois principais tipos de política fiscal usados pelo governo são as **políticas discricionárias fiscais** (aquelas que são deliberadas e aprovadas em uma base caso a caso, dependendo da situação econômica) e **os estabilizadores automáticos**, que são projetados para entrar em vigor automaticamente em certas situações, como um sobreaquecimento da economia ou um período de fraco desempenho econômico.

O importante é entender o **benefício dos estabilizadores automáticos, que é o fato de que eles não precisam ser objeto de debate e de procedimentos burocráticos antes de tomar efeito e para que possam lidar com situações econômicas mais rapidamente.**

De início, saiba que os principais estabilizadores automáticos das economias são:

- 1. As variações automáticas nas receitas fiscais, associadas à própria composição dessas receitas;
- 2. os subsídios de desemprego e outras transferências sociais do Estado.

Vamos então analisar e destrinchar esses dois tópicos. Vamos por partes:

Em primeiro lugar, **a atuação das variações das receitas fiscais como estabilizador automático está associada ao peso e influência dos impostos progressivos sobre os agentes econômicos (impostos que aumentam mais do que proporcionalmente face aos aumentos do rendimento dos contribuintes).**

Um bom exemplo de Imposto Progressivo, é o Imposto de Renda: quanto mais você ganha, maior a alíquota.

Voltando, então, no caso de uma economia entrar em recessão, a diminuição do rendimento dos contribuintes a ela associada implica, logicamente, em uma diminuição automática das receitas fiscais, sem que tenha de haver qualquer intervenção do Estado.

A ideia aqui é que, se a renda em geral cai, a arrecadação com tributos também cai.

Tratando-se de impostos progressivos, como o Imposto de Renda, a diminuição mais do que proporcional de receitas fiscais, associada à diminuição do rendimento e respetivo efeito no rendimento disponível, contribui desde logo para a suavização do impacto da recessão em causa.

Confesso que não entendi este assunto na primeira vez que o estudei, então vou explicar de novo para que você ganhe mais segurança no tema:

Veja, no caso dos impostos progressivos, o efeito da arrecadação é maior que a simples queda geral da economia. Assim, o sistema tributário progressivo é um dos principais estabilizadores automáticos usados para ajudar a regular a economia.

Nessa toada, o sistema tributário progressivo é usado para desacelerar uma economia que pode estar em superaquecimento.

A ideia é que, à medida que os rendimentos de alguns indivíduos sobem, eles entram em faixas mais elevadas de tributação, o que significa que mais e mais do seu dinheiro é tomado em impostos, fazendo com que eles tenham menos dinheiro para gastar do que deveriam.

Uma expansão inflacionista da economia é suavizada pelo aumento da carga fiscal que imediatamente deriva dessa situação, com base na progressividade dos impostos.

Em suma, o aumento automático das receitas fiscais em períodos de inflação e a sua diminuição também automática em períodos de recessão, contribui, por vezes, decisivamente, para a moderação dos ciclos econômicos e estabilidade das economias.

DIRETO DO CONCURSO

014. (CESPE/ANTT/ESPECIALISTA/2013) Acerca do papel do governo na economia, julgue o item subsequente.

O imposto de renda e o seguro-desemprego podem ser considerados como estabilizadores automáticos da economia, inserindo-se como políticas públicas de estabilização econômica.



Um estabilizador automático funciona como uma ação do sistema econômico que visa a reduzir mecanicamente as forças de recessão e/ou da expansão da demanda, sem que sejam necessárias medidas discricionárias de política econômica.

Nessa pegada, tanto o Imposto de Renda, no caso de forte expansão econômica, quanto o Seguro-Desemprego, em situação inversa, ou seja, em recessão, desempenham esse papel.

Certo.



DIRETO DO CONCURSO

015. (CESPE/SENADO/CONSULTOR/2002) Acerca do tema política fiscal, julgue o item abaixo. Os denominados estabilizadores automáticos são referentes às mudanças automáticas que ocorrem nas receitas tributárias e nas transferências governamentais quando a economia atravessa um período de recessão ou de crescimento econômico acelerado.



Esse é o papel dos estabilizadores automáticos. São instrumentos usados para manter a economia no nível de pleno emprego.

Certo.

O papel dos subsídios de desemprego e outras transferências sociais do Estado para os particulares como estabilizadores automáticos deriva do fato de se adaptarem automaticamente às mudanças na macroeconomia.

Assim, no caso de uma recessão, o aumento do desemprego a ela associada implica automaticamente no aumento dos subsídios de desemprego que, por sua vez, se assumem desde logo como meio de manter ou amenizar a diminuição do rendimento dos agentes, limitando o impacto da referida recessão.

Essa medida foi muito aplicada durante a crise gerada pelo COVID-19.



Assim, este processo não depende de tomadas de decisão diretas e localizadas das entidades competentes, verificando-se de forma imediata e automática.

Entenda que as prestações de desemprego são os principais estabilizadores automáticos utilizados para promover a recuperação econômica durante uma recessão.

A ideia é que, à medida em que mais pessoas ficam desempregadas, elas recebam benefícios do governo, o que significa que terão dinheiro para gastar em bens e serviços.

Veja que, sem subsídios de desemprego os consumidores em geral teriam menos dinheiro para gastar e, logicamente, a economia iria se recuperar muito mais lentamente.

Outra forma do governo estimular a produção e o emprego na economia ocorre por meio da diminuição da carga tributária. Ao reduzir os impostos sobre os produtos considerados estratégicos pelo seu efeito desencadeador, o governo pode contribuir para aumentar a demanda dos agentes, assim como pode, via diminuição dos impostos, estimular o consumo de produtos de forma generalizada.

Essa situação é muito presente na vida do brasileiro desde a crise mundial de 2008, quando o governo baixou as alíquotas de IPI dos carros, dos eletrodomésticos e de vários outros produtos, especialmente de máquinas e equipamentos industriais.

Desse modo, o governo, ao reduzir os impostos sobre máquinas e equipamentos, contribui para a diminuição dos custos de aquisição destes produtos, cuja demanda crescente estimula a oferta do segmento industrial correspondente.

Outra contribuição da política fiscal ocorre na área externa da economia. A carga tributária pode estimular, bem como desestimular, as importações e as exportações, trazendo consequências sobre a estrutura produtiva interna de um país.

A carga tributária elevada desestimula a demanda por produtos adquiridos no exterior, assim como o inverso contribui para aquecer a procura pelos produtos estrangeiros.

Um bom exemplo para ilustrar essa situação foi a redução da carga tributária para importação de produtos pelo Brasil a partir de 1994, que, junto com a valorização da moeda nacio-

nal, levou a balança comercial (exportação menos importação) a ficar negativa pelos anos seguintes.

Destaca-se, ainda, outro impacto da prática da política fiscal sobre a economia. Essa referência ocorre na área de distribuição de renda.

O gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma indireta de distribuir renda. O exemplo clássico é o programa Bolsa Família, com propósito de melhorar as condições de vida de parte da população.

Em 2020, para enfrentar a crise econômica decorrente do COVID-19, dentre outras medidas, destaca-se o auxílio emergencial de R\$ 600,00, o qual foi prorrogado, posteriormente reduzido para R\$ 300,00, e voltou a ser pago em 2021.

Outra forma de atuação na área de distribuição de renda, é a adoção de um sistema tributário progressivo, como o imposto sobre a renda, possibilitando ao governo arrecadar mais recursos de quem ganha mais para serem destinados à melhoria do sistema de atendimento social.

É importante dizer que as políticas fiscal e monetária representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades (pleno emprego, baixas taxas de inflação e uma distribuição justa de renda).

Na verdade, a política econômica deve ser executada por meio de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.



O PULO DO GATO

Pode-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxaço às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos.



DIRETO DO CONCURSO

016. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Julgue o próximo item, com relação à inflação de demanda, ao crescimento da economia brasileira e às políticas econômicas adotadas recentemente.

Ainda que centralize sua política econômica no combate à inflação e não empreenda esforços para o crescimento da economia, o governo contribuirá para a melhoria de distribuição de renda.



Um dos efeitos mais cruéis da inflação é que, além de bagunçar a economia, acentua a concentração de renda, já que acaba transferindo renda dos mais pobres aos mais ricos.

As pessoas com maior renda possuem mais e melhores mecanismos para proteger sua riqueza dos efeitos da inflação, como as aplicações financeiras indexadas aos índices de inflação, enquanto os assalariados reagem à inflação *a posteriori*, ou seja, têm seus salários reajustados depois de um período de perda contínua de seu poder de compra.

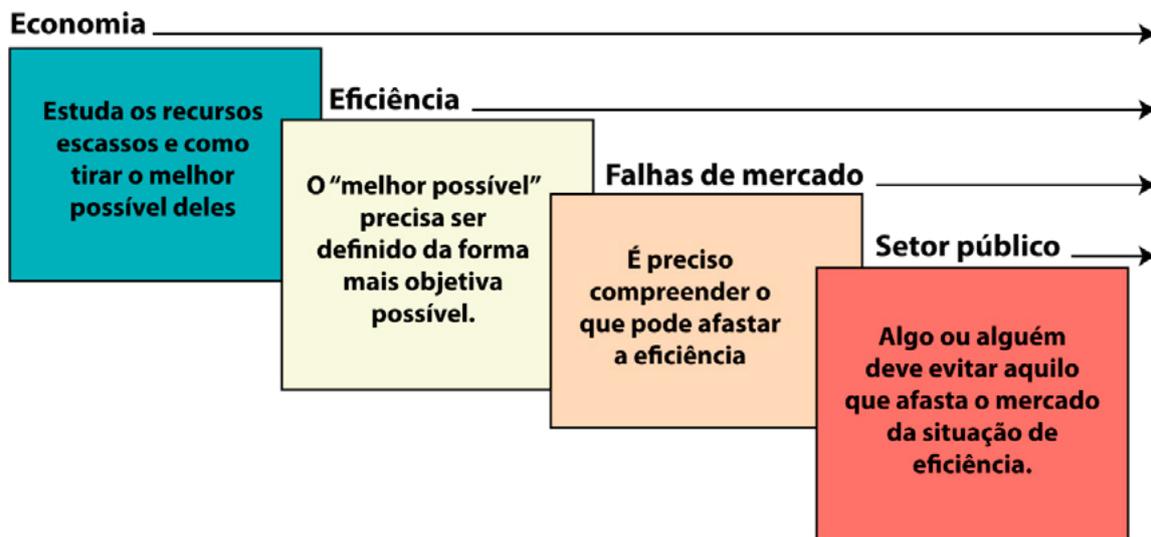
Nessa pegada, combater a inflação já é uma forma de contribuir para a melhoria da distribuição de renda.

Certo.

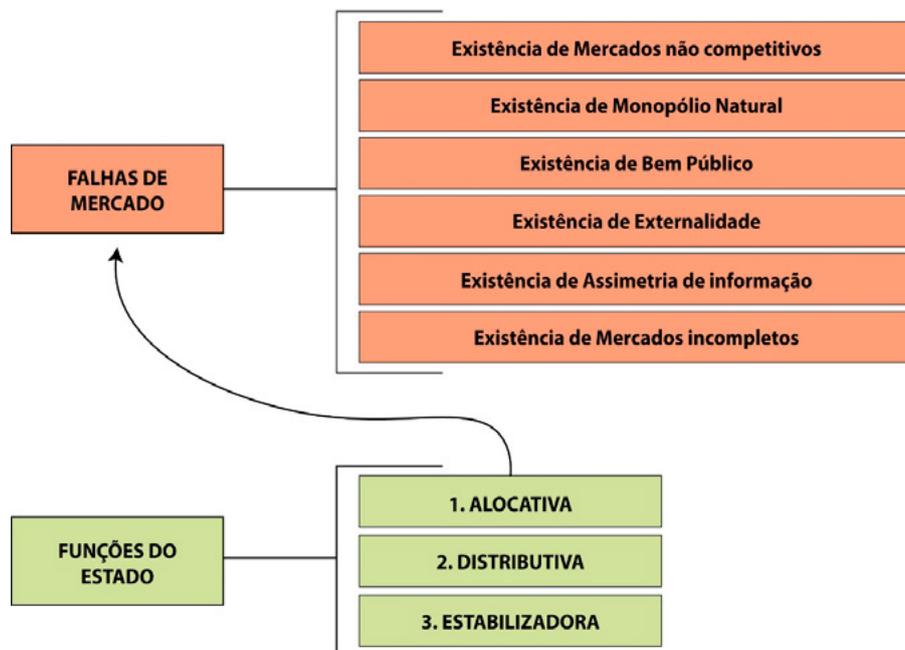
RESUMO

A necessidade de atuação econômica do setor público prende-se na constatação de que a simples existência do sistema de mercado, empresas e consumidores, somente, não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas e funções que visam ao bem-estar de toda uma população.

Assim, na presença de uma falha de mercado, não há alternativa senão a intervenção governamental, no sentido de evitar ou minimizar a perda de eficiência decorrente dessa situação.

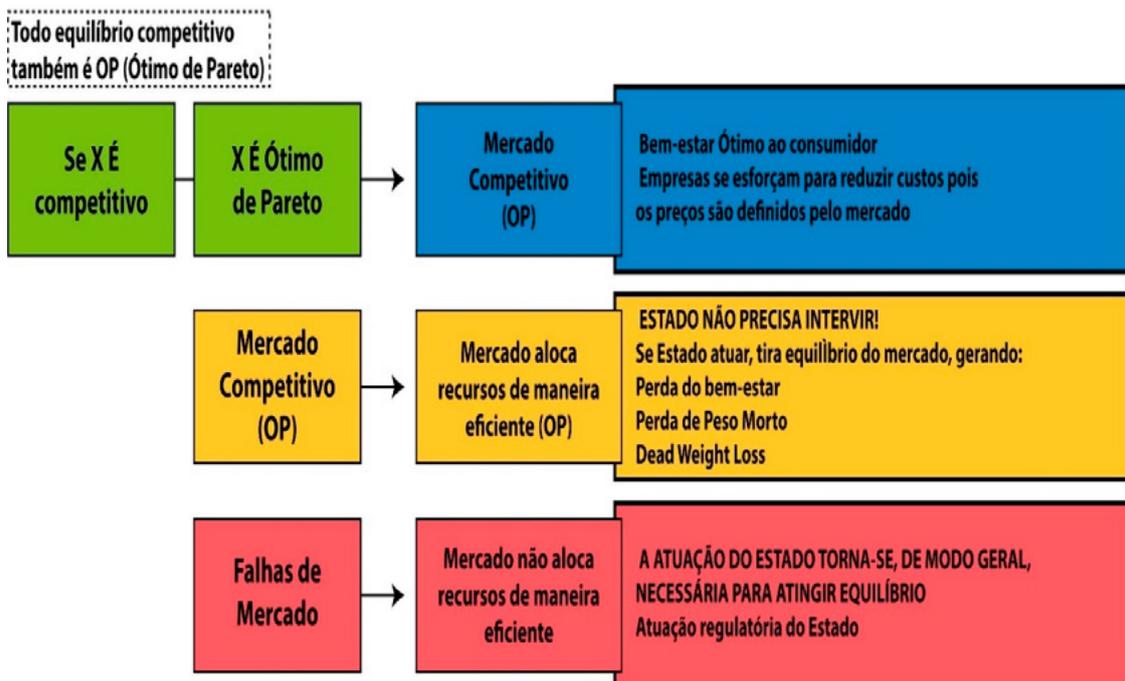


Falhas de Mercado e Funções do Estado



"EXISTE UM TRADE-OFF ENTRE EFICIÊNCIA E EQUIDADE"

RELAÇÃO ENTRE MERCADO COMPETITIVO E ÓTIMO DE PARETO



As principais **falhas de mercado** relacionadas pela Teoria Econômica são as seguintes:

a) Imperfeições na Concorrência

A falta de concorrência faz com que normalmente o monopólio produza uma quantidade menor de bens e serviços do que o mercado do tipo concorrência perfeita, e a um preço unitário mais elevado. Assim, a economia estará perdendo eficiência e gerando um nível de bem-estar menor.

A intervenção do Governo se dá, nesses casos, por meio de instrumentos de regulação, com os quais busca-se proibir as práticas anticoncorrenciais e estimular uma maior competição entre as empresas.

b) Mercados Incompletos

Os mercados incompletos são aqueles que poderiam ser explorados pelas empresas privadas, nos quais elas obteriam lucros normalmente, mas que apresentam características inibidoras: uma estrutura produtiva que exige investimentos muito elevados, com alto grau de risco e muito tempo para começar a gerar retornos.

Nesse caso, o setor estatal assume a iniciativa de produzir tais bens, ou então tenta influenciar o setor privado, por meio de incentivos fiscais, dentre outros recursos.

c) Assimetria de Informação

Nas suas decisões de compra e venda, os agentes econômicos necessitam ter informações suficientes sobre as reais características e atributos das mercadorias.

Porém, frequentemente, uma das partes envolvidas na transação (geralmente o comprador) não possui a informação completa sobre o produto que está negociando, o que leva a ineficiências no processo decisório.

Nesses casos, o governo deve agir para garantir que toda informação relevante a respeito de um determinado produto seja conhecida por todos os participantes do mercado.

d) Externalidades

Ocorrem quando alguma atividade de produção ou consumo possui efeitos indiretos sobre outras atividades de produção ou de consumo que não estejam diretamente refletidas nos preços de mercado.

Assim, o comportamento dos participantes de um dado mercado acaba gerando “custos” para terceiros, o que caracteriza, portanto, uma externalidade negativa na produção.

Na presença de uma externalidade negativa na produção, o Governo intervém no mercado visando à internalização de tais custos. É possível, por exemplo, cobrar um imposto sobre a emissão de substâncias nocivas ao meio ambiente, ou obrigar as empresas a adquirir equipamentos antipoluentes – aumentando assim seus custos privados.

O “**Teorema de Coase**” é uma constatação de que as externalidades podem ser, em determinadas circunstâncias, corrigidas e internalizadas pela negociação entre as partes afetadas, sem necessidade de intervenção de uma entidade reguladora (sem necessidade da atuação do Estado).

As externalidades podem também ser positivas. Os serviços educacionais, por exemplo, beneficiam não somente o aluno, mas toda a sociedade.

EXTERNALIDADES

São os **EFEITOS** das ações de um agente econômico que recaem sobre outros agentes que não participam da ação.

Externalidades Positivas (economias externas): ocorre quando a ação individual gera, involuntariamente, um benefício para a sociedade.

Por conseguinte, essas ações devem ser incentivadas.

• **Benefícios Sociais > Benefícios Privados OU Custo Social < Custo Privado**
Ex: agricultura e redução da inflação: altas produções geram altas ofertas e, coeteris paribus, tendem a reduzir o preço dos produtos (reduzindo inflação). O Governo poderia, por exemplo, subsidiar a produção para incentivar a produção e conseqüentemente aumentar sua oferta.

Externalidades Negativas (deseconomias externas): por outro lado, ocorre quando uma ação individual gera um custo social. Por conseguinte, essas ações devem ser desincentivadas.

• **Custos Sociais > Custos Privados OU Benefícios Sociais < Benefícios Privados.**

Ex: emissão de poluentes: indústrias geram, naturalmente, poluição (prejudicial à saúde pública). O governo poderia, por exemplo, impor impostos e multas (aumento do custo, logo do preço), desincentivando a produção e reduzindo a oferta.

CAUSAS DAS EXTERNALIDADES

1- Ausência de direitos de propriedade: a lógica fundamental aqui é pensar que, se eu não tenho o “sentimento” de que aquele bem é meu, não terei preocupação em cuidar dele. “A tragédia dos comuns”. EX: imagine que todos os carros fossem públicos. Não tendo o “sentimento” de que aquilo é seu, não haverá a preocupação em fazer sua manutenção. Por outro lado, isso gera um prejuízo (externalidade negativa) para outras pessoas que dele também usam, já que podem pegar um carro com freio estragado, por exemplo

2- Custos de Transação: o Teorema de Coase diz que, independente da forma pela qual os direitos de propriedade sejam alocados, a alocação de recursos será eficiente quando as partes puderem negociar SEM CUSTO. Dessa forma, quando não houver custos de transação, os agentes privados podem resolver por si sós o problema das externalidades negativas e chegar a um acordo no qual todos fiquem numa situação melhor e o resultado, após a negociação, seja a eficiência econômica.

e) Bens Públicos

Para os diversos bens produzidos pelo mercado, os preços funcionam como “sinais” que guiam as decisões de compradores e vendedores. Os bens públicos, por sua vez, são gratuitos. Para eles, as forças de mercado deixam de funcionar, não servem como guia para a produção e o consumo.

Assim, não haverá oferta de bens públicos pelo mercado, levando o Governo a produzir tais bens.

Os bens PRIVADOS obedecem a dois princípios: a exclusividade e a rivalidade. A exclusividade está relacionada à possibilidade de impedir uma pessoa de usar um bem se ela não pagar por esse uso. A rivalidade ocorre quando o consumo de um bem por uma pessoa diminui a disponibilidade deste bem, prejudicando o consumo por parte de outras pessoas.

Os bens públicos, por sua vez, são não exclusivos e não rivais. Os bens públicos, por não possuírem os atributos da exclusividade e da rivalidade, fazem surgir a figura do “carona” (ou free-rider): o indivíduo que quer consumir o bem sem pagar, não sendo possível impedir que ele tenha acesso ao bem.

BENS PÚBLICOS

NÃO RIVAL

É dizer que o bem é indivisível ou não disputável, ou seja, uma vez que o bem está disponível, o CMg de provê-lo, para um indivíduo adicional, é 0.
EX: rodovia - se 1 ou 20 pessoas vão utilizá-la, o custo de produção é o mesmo, ou seja, não há custo marginal (adicional) de produção.

+

NÃO EXCLUDENTES

Indivíduos não podem ser privados do usufruto do bem e/ou serviço, mesmo se não o tiverem financiado. A utilização por uma pessoa não elimina a utilização por outra.

Exemplos de bem público:

- Rodovias
- Iluminação
- Segurança
- Defesa Nacional

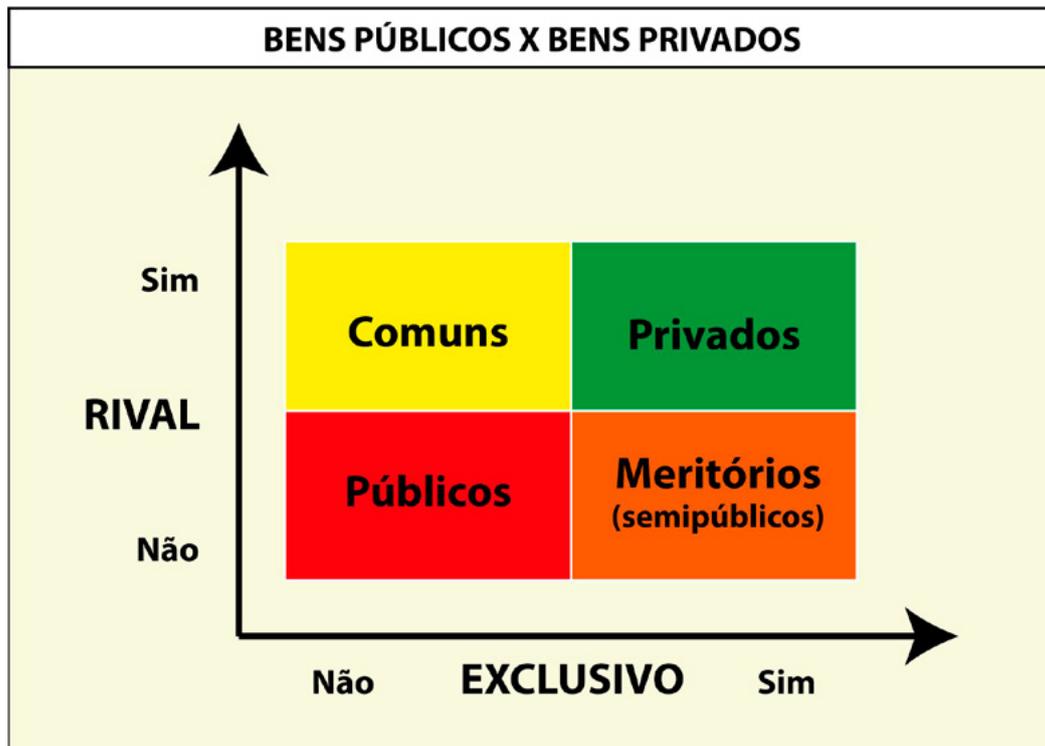
Por que os bens públicos são falhas de mercado? A falha de mercado acontece exatamente porque, como todos usufruem do bem, não há como o governo mensurar o quanto cada indivíduo usa, o bem e assim, tributá-lo. Mas todos usam, até quem não é tributado (free riders).

		EXCLUDENTE	NÃO EXCLUDENTE
RIVAL	→	Bem PRIVADO	Recursos Comuns
NÃO RIVAL	→	Monopólio Natural	Bem PÚBLICO PURO

Bens SEMIPÚBLICOS : possuem apenas uma das características acima;

a) Bens meritórios: são os de característica privada, produzidos pelo setor público (EX: SAÚDE e EDUCAÇÃO);

b) Bens demeritórios: são os que o governo considera "nocivos", e, portanto, inibe sua produção (EX: drogas).

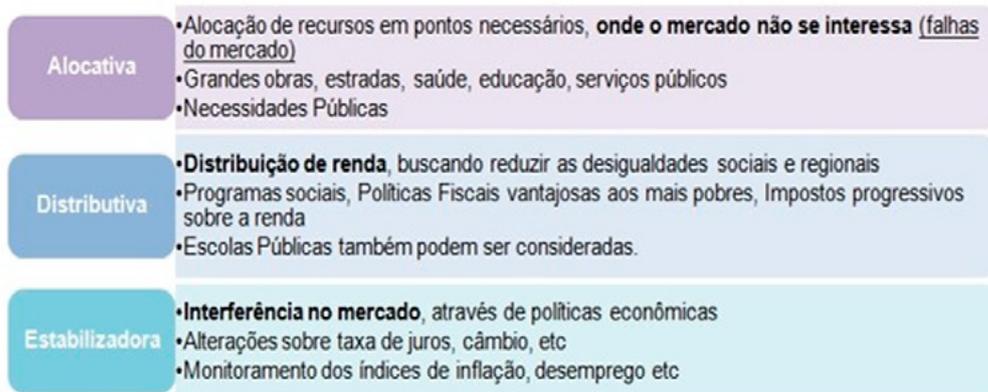


Em uma economia capitalista, a ação econômica do setor público está vinculada às funções que promove junto à sociedade, dentre as quais: contribuir no fornecimento de bens públicos, melhorar a distribuição da renda, promover a estabilidade e impulsionar o crescimento econômico.

Funções econômicas



Segundo a classificação de Richard Musgrave sobre as funções do setor público (Estado), em economias de mercado existem 3 funções exercidas pelo Estado:

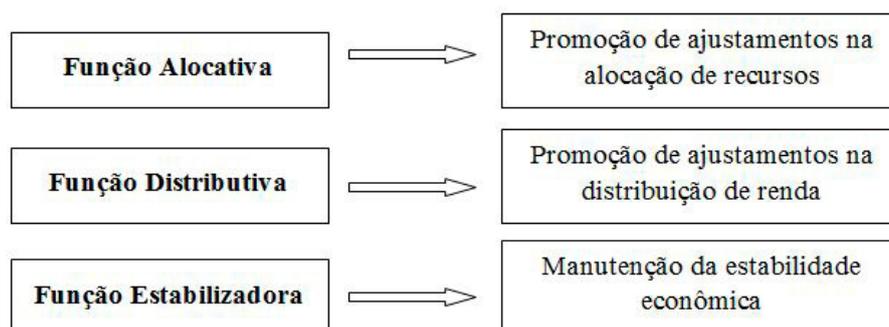


A **função alocativa** do setor público está relacionada às ações empreendidas no fornecimento de bens e serviços não disponibilizados pela economia de mercado. Neste sentido, o setor público disponibiliza bens e serviços para consumo coletivo e não exclusivo a esta ou aquela faixa da população. Em referência, cita-se como exemplo de bem público, a segurança.

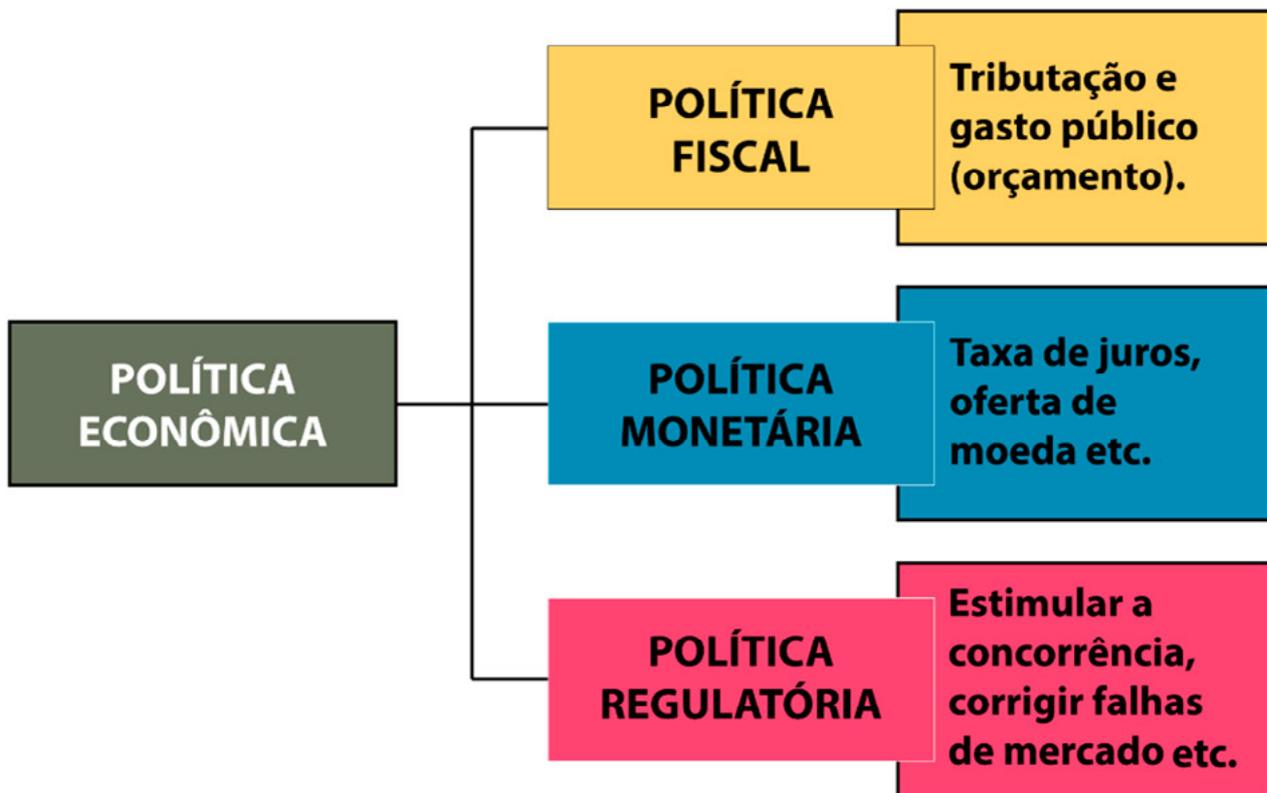
Por sua vez, a **função distributiva** refere-se às ações de caráter redistributivo efetuadas por meio de medidas de transferência que o Estado executa em favor dos segmentos menos favorecidos na sociedade.

A terceira ação econômica do setor público se dá no âmbito da **função estabilizadora**, expressa por ações de intervenção na economia com o intuito de contribuir para seu melhor funcionamento. Destacam-se, por exemplo, as intervenções voltadas à redução da inflação, bem como ações destinadas ao combate do desemprego em determinado setor produtivo.

Resumindo, temos:



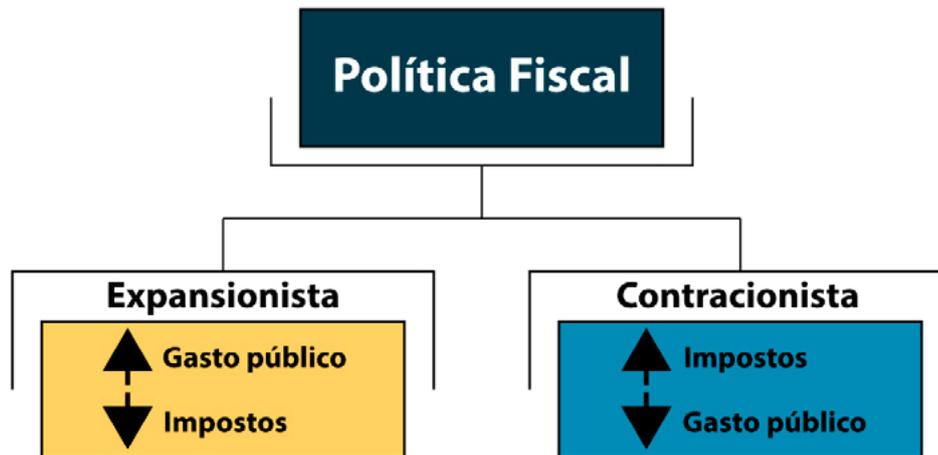
Podemos dizer que a **regulação**, nada mais é, do que a **ordenação das atividades econômicas**. A **desregulação** econômica, por sua vez, é a redução do grau de intervenção do Estado em determinado setor da Economia, reduzindo a burocracia, a normatização e o controle.



Política Fiscal: variações no orçamento público com o objetivo de modificar seus agregados, tais como a receita/despesa pública e o investimento.

Se o objetivo da política econômica é reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são: a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Ou seja, visam a diminuir os gastos da coletividade. É a **chamada política fiscal reducionista, ou contracionista**.

Mas, se o objetivo é um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são iguais, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada. É a **chamada política fiscal Expansionista**.

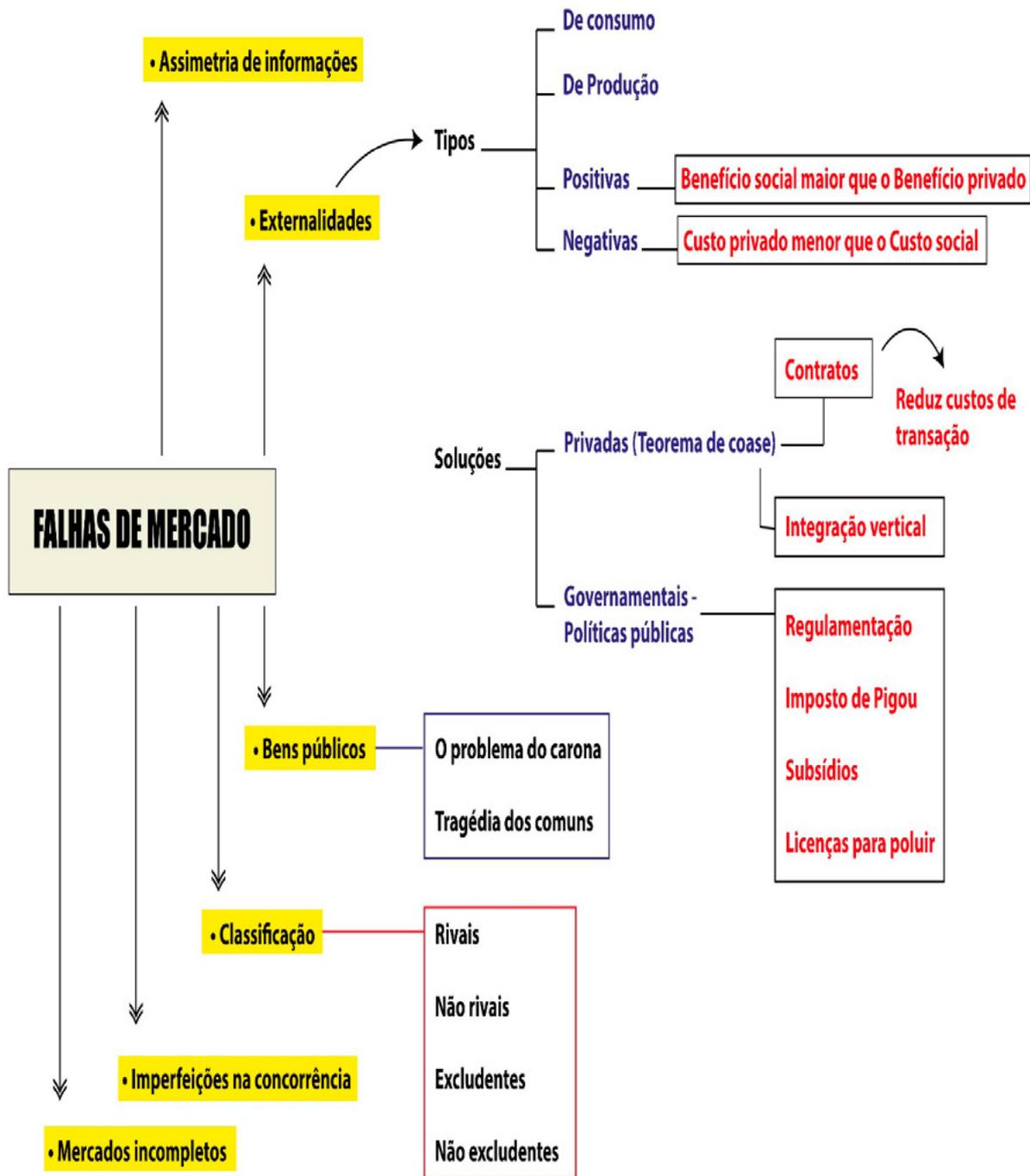


Espero que tenha gostado da aula.

Vamos agora fazer mais questões, pois, como diria Cícero: “Não basta conquistar a sabedoria, é preciso usá-la”.

MAPAS MENTAIS





Prof. Manuel Piñon

QUESTÕES COMENTADAS EM AULA

- 001.** (CESPE/TCE-RN/AUDITOR/2015) Acerca dos conceitos de falhas de mercado, julgue.
O fato de um grande número de pessoas não contratar seguro para seus automóveis justifica o valor elevado da franquia cobrado dos indivíduos que contratam esse tipo de serviço.
- 002.** (FCC/AL-MS/ECONOMISTA/2016) Sobre externalidades negativas tem-se que
- a) as firmas tendem a produzir mais do que o nível socialmente eficiente de produto.
 - b) a sociedade ganha, pois as firmas não pagam os custos externos de produção.
 - c) a competição perfeita é socialmente desejável, pois elimina a externalidade negativa.
 - d) um monopólio irá sempre produzir um nível de produto que é igual ao nível socialmente eficiente.
 - e) esta externalidade não é mais um problema pois ela é passível de aferição.
- 003.** (FCC/COPERGÁS/ECONOMISTA/2016) Duas empresas enfrentam uma situação de conflito, particularmente sobre poluição. A aplicação do Teorema de Coase diz que
- a) a definição de quem tem direito sobre a poluição pode possibilitar negociação que objetive alcançar o nível ótimo de emissão de poluição.
 - b) o estabelecimento de taxa sobre a unidade de poluição emitida leva a empresa a produzir poluição apenas enquanto o aumento do lucro seja maior que a taxa.
 - c) deve ser imposta a quantidade máxima de quanto pode ser emitido de poluição por cada uma das duas empresas.
 - d) um equilíbrio Pareto-ótimo será alcançado com a imposição de taxa sobre as duas empresas.
 - e) a ausência de intervenção leva as duas empresas ao melhor ponto de equilíbrio.
- 004.** (CESPE/TCU/AUFC/2015) Acerca dos conceitos de falhas de mercado e sua relação com a eficiência econômica e da formação de estruturas de mercado, julgue o item.
Em geral, o princípio da não exclusão no consumo de bens públicos torna a solução de mercado eficiente para garantir a necessária oferta desses bens à sociedade.
- 005.** (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço Jean-Jacques Fontaine, que lançou recentemente o livro Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto,

ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no Porto Maravilha. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

Por meio da implantação de UPPs em comunidades carentes dominadas pelo crime organizado, o Estado atuou no âmbito de sua função alocativa, garantindo a oferta do bem público segurança.

006. (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A função do orçamento público que visa melhorar a posição de algumas pessoas em detrimento de outras e, com isso, corrigir falhas do mercado é denominada função

- a) controladora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) econômica.

007. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.

008. (CESPE/FUB/ADMINISTRADOR/2015) Julgue:

O orçamento público possui três funções distintas que coexistem simultaneamente: alocativa, distributiva e estabilizadora.

009. (CESPE/PF/AGENTE/2014) Julgue:

Uma política adequada de regulação deve ter objetivos claros quantificáveis, tendo presente que regulação não é apenas fixar preço.

010. (CESPE/PC-PA/AGENTE/2009) Julgue:

Os principais objetivos da regulação de mercados são o bem-estar do consumidor e a melhoria da eficiência alocativa, distributiva e produtiva da indústria envolvida.

011. (CESPE/PF/AGENTE/2014) Julgue:

Regulação de mercados poderia ser definida como o conjunto de ações públicas que busca melhorar a eficiência da alocação dos recursos no mercado ou aumentar o bem-estar social dessa alocação.

012. (CESPE/MJ/ECONOMISTA/2013) Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

013. (CESPE/PF/APF/2012) Julgue o item seguinte, acerca de noções de economia.

Uma política fiscal que vise ao fomento do crescimento econômico e à geração de empregos deve contemplar medidas de redução dos gastos públicos e elevação da carga tributária.

014. (CESPE/ANTT/ESPECIALISTA/2013) Acerca do papel do governo na economia, julgue o item subsequente.

O imposto de renda e o seguro-desemprego podem ser considerados como estabilizadores automáticos da economia, inserindo-se como políticas públicas de estabilização econômica.

015. (CESPE/SENADO/CONSULTOR/2002) Acerca do tema política fiscal, julgue o item abaixo.

Os denominados estabilizadores automáticos são referentes às mudanças automáticas que ocorrem nas receitas tributárias e nas transferências governamentais quando a economia atravessa um período de recessão ou de crescimento econômico acelerado.

016. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Julgue o próximo item, com relação à inflação de demanda, ao crescimento da economia brasileira e às políticas econômicas adotadas recentemente.

Ainda que centralize sua política econômica no combate à inflação e não empreenda esforços para o crescimento da economia, o governo contribuirá para a melhoria de distribuição de renda.

QUESTÕES DE CONCURSO

017. (FGV/TJ-RO/ANALISTA-JUD-ECONOMISTA/2021) Considere uma situação caracterizada pela presença de uma externalidade negativa. Nesse contexto, tem-se que o custo marginal social:

- a) será igual ao benefício privado;
- b) será igual ao custo marginal privado;
- c) não tem relação significativa com o custo marginal privado;
- d) ficará aquém do custo marginal privado;
- e) excederá o custo marginal privado.

018. (FGV/TJ-RO/ANALISTA-JUD-ECONOMISTA/2021) Com relação ao conceito de externalidades, analise as afirmativas a seguir.

- I – O Estado deve intervir com a imposição de impostos para reduzir a quantidade privada de externalidades positivas.
- II – Externalidades negativas podem ser definidas como as ações de um agente que afetam negativamente outros agentes.
- III – Um exemplo de externalidade positiva é a educação que eleva o bem-estar da sociedade e, por isso, pode ser provida também pelo Estado.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) II e III.

019. (FGV/SEFIN-RO/AUDITOR/2018) Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

- a) perde a característica de não excludência.
- b) o uso excessivo a torna um bem rival.
- c) há a presença de transporte público e carros particulares.
- d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.
- e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

020. (FGV/CGM-NITERÓI/ANALISTA/2018) O ar que cada cidadão respira é um exemplo de bem

- a) privado, pois é passível de cobrança.
- b) natural, pois aplica-se o fenômeno da Tragédia dos Comuns.
- c) público, pois não é rival nem excludente.

- d) semipúblico, pois pode ser fornecido pelo setor privado.
- e) coletivo, pois pode ser restrito a um grupo.

021. (FGV/SEPOG-RO/EPPGG/2017) Em relação ao tópico Externalidades, assinale (V) para a afirmativa correta e (F) para a falsa.

- I – () O teorema de Coase mostra que a solução de mercado eficiente levará a mesma quantidade de externalidade, para qualquer distribuição dos direitos de propriedade.
- II – () A existência de custos de transação sobre os direitos de propriedade pode afetar o resultado do Teorema de Coase
- III – () O preço da externalidade na negociação entre as partes é sempre positivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e V.
- d) F, V e V.
- e) F, V e F.

022. (FGV/TCE-RJ/AUDITOR/2015) Em relação aos conceitos de externalidade e bens públicos na economia, é correto afirmar que:

- a) bens públicos são bens rivais alocados de forma igualitária;
- b) caso a atividade de uma empresa privada esteja gerando uma externalidade sobre outras empresas, é fundamental a atuação do governo na negociação de um acordo;
- c) a regulação ótima de uma externalidade consiste em eliminar completamente seus efeitos prejudiciais;
- d) bens públicos só são providos de forma ótima pelo governo, ou por meio de alguma atuação governamental;
- e) bens públicos devem ser providos apenas pelo governo.

023. (FGV/PREF-CUIABÁ/AUDITOR/2016) Em relação às funções do governo, analise as afirmativas a seguir.

- I – A tributação sobre grandes fortunas e heranças pode ter função distributiva ou estabilizadora, a depender de como o governo irá alocar os valores arrecadados.
- II – A expansão do sistema de água e esgoto para áreas desfavorecidas está relacionada à função distributiva.
- III – Um programa de estímulo às contratações de jovens por empresas, em contrapartida de abono fiscal, é considerado função estabilizadora.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

024. (FGV/IBGE/TECNOLOGISTA/2016) Associe as funções do Estado às suas respectivas características:

- 1) Alocativa.
- 2) Estabilizadora.
- 3) Distributiva.

- A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.
- A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.
- O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

025. (FGV/DPE-RO/ANALISTA/2015) Em relação às funções do Estado, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- Um candidato eleito que eleva os gastos com segurança pública, está exercendo a sua função alocativa.
- A implementação de um imposto sobre grandes fortunas e a redução daqueles cobrados sobre os extratos menores de renda estão relacionados à função distributiva.
- Políticas que reduzam os custos admissionais a fim de elevar o emprego estão relacionadas à função estabilizadora.

A sequência correta é:

- a) V – V – V;
- b) V – V – F;
- c) F – V – V;

- d) $F - F - V$;
- e) $F - F - F$.

026. (FGV/TCM-SP/AGENTE-FISCAL/2015) Considere a seguinte situação: a variação nominal da base monetária representa apenas a recomposição, pelas pessoas, da perda do valor real de seus encaixes monetários provocado pela inflação.

A receita dessa emissão monetária feita pelo governo, definida também como a taxa de inflação esperada multiplicada pelo valor real da base monetária, é o(a):

- a) Receita Intertemporal do Governo;
- b) Imposto Inflacionário;
- c) Senhoriagem Monetária;
- d) Custo de Oportunidade da Senhoriagem;
- e) Equivalência Ricardiana.

027. (FGV/TCM-SP/ECONOMISTA/2015) Relacione as funções do governo com suas respectivas características ou descrições.

- 1) Função Alocativa
- 2) Função Distributiva
- 3) Função Estabilizadora

- O mecanismo eleitoral é imprescindível para que uma sociedade revele suas preferências de distribuição dos recursos públicos disponíveis na provisão de bens e serviços por parte do Estado.
- Uma taxa de inflação elevada tende a impactar mais fortemente os mais pobres, visto que estes têm maior perda de poder de compra de seus rendimentos. Essa é uma das razões pelas quais o governo deve usar a política monetária e fiscal para combater a inflação.
- A tributação de grandes fortunas pode ser um mecanismo importante para financiar programas de construção de moradias populares.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 2, 3 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

028. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima

de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego. Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas à seguridade social.

029. (FGV/CGM-NITERÓI/ANALISTA/2018) Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo – distributiva.
- b) camada mais rica da sociedade – distributiva.
- c) sociedade como um todo – redistributiva.
- d) camada mais rica da sociedade – regulatória.
- e) sociedade como um todo – regulatória.

030. (FGV/ALERO/ANALISTA/2018) A política de preços praticada pela Petrobras, a partir de 2016, definiu que o preço dos combustíveis no Brasil seria pautado pela cotação do barril de petróleo no mercado internacional, em dólar. O exemplo acima indica o seguinte tipo de função econômica governamental:

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) reguladora.
- e) concedente.

031. (FGV/ALERO/CONSULTOR/2018) Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

032. (FGV/PREF-SALVADOR/TÉCNICO-SUPERIOR/2017) Relacione cada função econômica do governo à sua característica ou ao seu exemplo.

- 1) Função Alocativa.
- 2) Função Distributiva.
- 3) Função Estabilizadora.

- () O acesso da população à água e ao esgoto tratável contribui para reduzir os gastos públicos com saúde.
- () O adequado uso da política monetária leva a uma taxa de inflação menor, sem afetar fortemente o desemprego.
- () Reduzir impostos sobre consumo tem efeitos progressivos sobre a renda das pessoas.

Assinale a opção que apresenta a relação correta.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 3 e 2.
- c) 2, 3 e 1.
- d) 3, 1 e 2.
- e) 3, 2 e 1.

033. (FGV/TCM-SP/AGENTE-FISCAL/2015) O uso das vias públicas pode produzir diversos problemas para a sociedade em termos de poluição, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições e perda de tempo devido ao trânsito. Na Teoria Econômica esses são problemas:

- a) de externalidades negativas, e a solução é a intervenção do Estado por meio da imposição de impostos, pedágios urbanos e regulamentação das condições do veículo para desestimular tais externalidades;
- b) de elevado grau de rivalidade, e a solução é a implementação de pedágios urbanos como forma de diminuir o uso de automóveis e estimular o uso de transportes coletivos;
- c) de mercados incompletos, visto que o Estado poderia implementar um mercado de Lindhal para cada um desses “problemas”, ou seja, quem desejar menos poluição, basta pagar uma contribuição, que é repassada pelo Estado para aqueles que optarem por deixar o veículo em suas residências;
- d) de falha de informação, e uma solução possível seria o gasto maior em propagandas públicas advertindo contra o surgimento de tais problemas;
- e) de interferência excessiva do governo na economia. Soluções possíveis passam pela privatização de todas as vias públicas, permitindo que o mercado se autorregule, o que minimizaria tais problemas, e maior punição no caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.

034. (CONSULPLAN/MAPA/ADMINISTRADOR/2014) “A política fiscal diz respeito ao manejo dos orçamentos do governo, tanto do lado dos dispêndios quanto do lado das receitas”. (Rossetti, 1997. p. 717.)

Assinale a alternativa que apresenta um dos meios utilizados pela Política Fiscal.

- a) Política salarial.
- b) Tributos diretos e indiretos.
- c) Controle da oferta de moeda.
- d) Valorização da taxa de câmbio.

035. (CONSULPLAN/PREF.NATIVIDADE/TÉCNICO/2014-ADAPTADA) Julgue o item abaixo:
Para uma política fiscal austera, o orçamento deve ser planejado para que seguidos superávits diminuam a dívida pública

036. (CONSULPLAN/PREF.NATIVIDADE/TÉCNICO/2014-ADAPTADA) Julgue o item abaixo:
Um orçamento superavitário deve ser meta para a Administração, haja vista que independente de política fiscal é fundamental arrecadar mais do que se gasta.

037. (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA/2016) As formas de regulação da propriedade privada pelo Estado possuem falhas e benefícios potenciais associados. Algumas falhas potenciais desses processos são listadas a seguir. Assinale a opção que é uma falha potencial do processo de regulação executado por agência independente.

- a) Monopólio estatal.
- b) Captura das empresas públicas por políticos e sindicatos.
- c) Orientação dos gestores públicos por metas ambíguas e inconsistentes.
- d) Coordenação débil entre diferentes empresas públicas.
- e) Captura dos reguladores pelas empresas reguladas.

038. (ESAF/CGU/AFC/2004) Para atingir os objetivos de política econômica, o governo dispõe de um conjunto de instrumentos. Entre eles estão a política fiscal, monetária e cambial. Assinale a opção incorreta.

- a) A política cambial corresponde a ações do governo que atingem diretamente as transações internacionais do país.
- b) A política fiscal pode ser dividida em política tributária e política de gastos públicos.
- c) Para controlar as condições de crédito, o governo utiliza a política monetária.
- d) Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política monetária é expansionista e, caso contrário, é contracionista.
- e) Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de vários países.

039. (CESGRANRIO/BNDES/ADMINISTRADOR/2011) Um aumento dos gastos em bens e serviços por parte do governo, financiado pela emissão de títulos públicos e causando um aumento das taxas de juros na economia, é uma política

- a) de redução da demanda agregada.

- b) monetária expansiva.
- c) orçamentária contracionista.
- d) macroeconômica fiscal expansiva.
- e) financeira sem efeitos reais na economia.

040. (CEPERJ/SEFAZ-RJ/AFP/2011) O conjunto de medidas destinadas a reconduzir as finanças públicas a uma trajetória de solvência intertemporal pode ser definido como ajuste:

- a) fiscal.
- b) monetário.
- c) cambial.
- d) externo.
- e) de rendas.

041. (CEPERJ/SEFAZ-RJ/AFP/2011) Pode ser considerado instrumento de política fiscal restritiva:

- a) valorização cambial.
- b) redução nos gastos do governo (G).
- c) redução dos impostos (T).
- d) aumento das transferências governamentais (Tr).
- e) desvalorização cambial.

042. (UFG/PREFEITURA-GOIÂNIA/ECONOMISTA-AOF/2012) De acordo com o modelo clássico da macroeconomia, uma política fiscal expansionista ocasiona

- a) aumento no nível de preços e elevação do salário real.
- b) queda no nível de preços, elevação do salário real.
- c) aumento no nível de preços e elevação do salário nominal.
- d) queda no nível de preços e elevação do salário nominal.

043. (UFG/ECONOMISTA-AOF/PREFEITURA DE GOIÂNIA/2012) O Estado exerce papel importante na atividade econômica. Tornou-se consenso que o setor público deve cumprir, fundamentalmente, três funções, a saber:

- a) distributiva, fiscalizadora e alocativa.
- b) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- c) distributiva, normativa e estabilizadora.
- d) fiscalizadora, normativa e estabilizadora.

044. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR/2014) Tomando por base as funções clássicas do governo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O governo tem por função a promoção de ajustamentos na distribuição da renda, criando condições para a maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.
- b) A manutenção da estabilidade refere-se ao controle do nível agregado da demanda, no intuito de diminuir o impacto social e econômico de crises de inflação e depressão.
- c) A adoção da progressividade tributária é condizente com a função distributiva.
- d) A oferta de bens semipúblicos integra a função alocativa.
- e) A existência do governo se justifica, pois o sistema de mercado não é capaz de, sozinho, desempenhar todas as suas funções econômicas.

045. (FUNIVERSA/SEFAZ-DF/ACI/2014) Com referência aos efeitos da política fiscal sobre a distribuição de renda de países em desenvolvimento, assinale a alternativa correta.

- a) A elevada incidência de impostos indiretos implica a existência de uma tributação progressiva.
- b) Os efeitos distributivos do orçamento público são mais eficazes quando orientados para metas de curto prazo.
- c) A distribuição da carga tributária de um imposto geral sobre o consumo de alíquota uniforme deve ser regressiva.
- d) A existência de impostos regressivos impede que a política fiscal seja neutra.
- e) O impacto da atividade governamental sobre a distribuição de renda é mais bem quantificado no caso dos bens públicos.

046. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015) Sobre as funções dos governos, considere:

- I – A função distributiva busca tornar compatíveis entre si a distribuição das remunerações dos fatores resultantes da atividade econômica via mercado e aquela que atende aos princípios de justiça social.
- II – A função competitiva do governo decorre diretamente da presença de bens comuns, os quais são oferecidos simultaneamente pelo Estado e pelo setor privado, como é o caso da educação básica e do sistema de saúde.
- III – A função alocativa decorre da existência de bens públicos.
- IV – A função estabilizadora implica o uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso dos recursos apenas em momentos de recessão, quando o desemprego aumenta e a taxa de câmbio se valoriza.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.

047. (FCC/TCE-CE/ANALISTA/2015) Dentre as funções econômicas do governo, a função:

- a) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.
- b) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituem o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
- c) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
- d) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
- e) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.

048. (FCC/TCM-RJ/AUDITOR/2015) A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando à correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

049. (FCC/MANAUSPREV/ECONOMISTA/2015) Considerando-se a natureza e os instrumentos da política fiscal,

- a) o efeito do orçamento equilibrado sobre a renda agregada mostra que déficits fiscais sistemáticos, independentemente da conjuntura econômica, são uma boa forma de controlar a inflação, pois levam a taxas de juros cada vez mais elevadas.
- b) os gastos do governo são importante instrumento de estabilização da economia, pois garantem diretamente um equilíbrio estável da taxa de câmbio, independentemente do nível da taxa de juros e das reservas internacionais.
- c) a política fiscal no Brasil é gerida pelo Tesouro Nacional e representa a composição do gasto público e da arrecadação de tributos e a trajetória do endividamento do setor público nos diferentes níveis de governo e, portanto, não tem qualquer relação instrumental direta com a política monetária, a qual é de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
- d) cabe à política fiscal o controle dos agregados monetários e das reservas internacionais.

e) a política cambial é determinante para os resultados fiscais do setor público, pois uma parte substancial dos gastos e arrecadações é feita em divisas estrangeiras.

050. (FCC/TCE-AM/AUDITOR/2015) Define-se a política fiscal de um certo país como a administração exclusivamente

- a) dos impostos dos governos federais, estaduais e municipais.
- b) de gastos dos governos federais, estaduais e municipais.
- c) de impostos, gastos e transferências dos governos federais, estaduais e municipais.
- d) do orçamento federal.
- e) dos impostos e gastos dos municípios.

051. (VUNESP/PREFEITURA-SP/ANALISTA/2015) No processo brasileiro de industrialização, o papel de atuação do Estado que foi caracterizado pela submissão da política econômica às metas de industrialização, as quais passaram a ser o foco central dos governos, contingenciando as divisas, utilizando-se do câmbio múltiplo, das tarifas aduaneiras, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, com os créditos subsidiados pelo Banco do Brasil e depois pelo BNDE, é denominado Estado

- a) financiador.
- b) produtor.
- c) regulamentador.
- d) consumidor.
- e) condutor.

052. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.

053. (CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE/2019) O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

Com base no orçamento público, os governantes selecionam as prioridades e decidem como empregar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme o peso ou a força política desses grupos.

054. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Com relação às políticas econômicas e aos seus instrumentos, julgue o item subsecutivo.

O SIMPLES Nacional, por oferecer regime de tributação favorecido para as empresas nele enquadradas, caracteriza política fiscal expansionista com base no aumento do gasto público.

055. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço Jean-Jacques Fontaine, que lançou recentemente o livro Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto, ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no Porto Maravilha. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

Ao delegar à iniciativa privada, por concessão, a operação dos BRT (*bus rapid transit*), a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro transferiu a titularidade da obrigação da prestação do serviço de transporte de passageiros para a concessionária, tendo passado a atuar como poder regulador.

056. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço Jean-Jacques Fontaine, que lançou recentemente o livro Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto, ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no Porto Maravilha. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

As necessidades públicas, de que são exemplos a mobilidade urbana e a educação, são interesses gerais da coletividade satisfeitos por meio de serviços públicos, cuja prestação é de responsabilidade do Estado.

057. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Com relação aos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, julgue o item que se segue.

Em uma situação recessiva, uma política fiscal expansionista baseada no aumento do gasto do governo tem um efeito maior sobre a demanda agregada do que aquele que seria produzido por uma política fiscal expansionista baseada na redução de impostos sobre a renda.

058. (CESPE/CAGE-RS/AUDITOR/2018) A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.

b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.

c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.

d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.

e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

059. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Acerca de políticas econômicas e seus conceitos, instrumentos e efeitos, julgue o item subsequente.

A correção da tabela do imposto de renda de pessoa física em razão da inflação, com a atualização das faixas sobre as quais incide cada alíquota do imposto, representa exemplo de política fiscal expansionista.

060. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Na execução de projetos que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o governo exerce diretamente função econômica distributiva.

061. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

A função estabilizadora relaciona-se à manutenção da solidez e da segurança da economia por meio de incentivos cujo objetivo é resolver problemas de ineficiência da economia.

062. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016-ADAPTADA) Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

A adoção de uma política de governo que restrinja os benefícios previdenciários é instrumento que evita o ciclo econômico recessivo no curto prazo.

063. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) O defeso é a paralisação das atividades de pesca para proteger as espécies de peixes durante o seu período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores. Assim, todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a época de reprodução das espécies-alvo de suas pescarias. Nesse período, os pescadores profissionais recebem seguro-desemprego ou seguro-defeso em parcelas mensais, na quantia de um salário-mínimo, em número equivalente ao período de paralisação. Internet: <www.mpa.gov.br> (com adaptações).

Com referência ao assunto abordado no texto e sua relação com as funções econômicas governamentais, julgue o item a seguir.

A instituição do defeso é uma ação do governo no âmbito de sua função alocativa, uma vez que, nessa ação, é estabelecido o nível de pesca ao longo de determinado período.

064. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

A intervenção estatal em determinado mercado competitivo não necessariamente é uma medida negativa, já que governo e sociedade podem ter objetivos que não estejam limitados à eficiência econômica.

065. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Cabe ao Estado regulador do sistema econômico estabelecer e exigir o cumprimento de normas, assegurar a conduta competitiva e regular monopólios naturais.

066. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

A produção de bens e serviços essenciais e a criação de empresas públicas, ações que caracterizam o Estado produtor, são incompatíveis com o conceito de Estado desenvolvimentista.

067. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.

068. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR/2014) A equivalência ricardiana parte do princípio de que:

- a) os agentes econômicos não encontram motivos para alterar sua conduta de consumo presente em razão da redução dos impostos por parte do governo.
- b) a baixa na carga tributária do presente refletirá em aumento de arrecadação futura, o que compensa a manutenção de dívida pública ao longo do tempo.
- c) as famílias determinam seu padrão de consumo em função de sua renda disponível.
- d) se o governo baixar a carga tributária, os agentes econômicos respondem positivamente ao consumo e, portanto, contribuem para o crescimento econômico do presente.
- e) o déficit público é impulsionador do crescimento econômico e, neste aspecto, assemelha-se à política fiscal expansionista.

069. (FEPESE/ISS-FLORIANÓPOLIS/AUDITOR/2014) Dentre as medidas que podem neutralizar o efeito recessivo de uma contração dos gastos do governo, pode-se citar:

- a) A venda de títulos federais ao público.
- b) A redução do encaixe compulsório dos bancos comerciais junto ao banco central.
- c) O aumento das taxas de juros em operações de redesconto.
- d) O aumento da carga tributária através de impostos incidentes sobre o consumo, como o IPI e o ICMS.
- e) Uma medida seletiva de crédito público, que limite o volume disponível de financiamento aos projetos mais rentáveis de investimento

070. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) No que se refere às funções do Estado como regulador da atividade econômica e produtor de bens e serviços, julgue o item subsecutivo.

Para incrementar a produção de empregos, a atuação do Estado como produtor geralmente ocorre em setores intensivos em trabalho e de prazo mais curto de maturação do investimento.

071. (CESPE/PF/AGENTE/2012) Julgue:

A regulação visa corrigir a ocorrência de externalidades, como contaminação, utilização de recursos naturais e efeitos da poluição.

072. (IBFC/FJP/GESTOR/2014) A corrente que defende que a economia brasileira deve ser entregue às leis de mercado, pois a presença estatal inibe o setor privado e freia o desenvolvimento, também prega que o estado tem que ser reestruturado para se tornar mais ágil, menor e custar menos, independentemente do impacto social negativo que estas medidas podem trazer. Dentro desse espírito, algumas medidas deveriam ser adotadas para diminuir a presença estatal. As medidas a seguir descritas são aderentes a estes pensamentos, exceto pelo que se lê na alternativa:

- a) Abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros.
- b) Amplas privatizações.

- c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos.
- d) Desregulamentação do mercado de capitais, visando ao favorecimento do fluxo de investimentos interno e externo.
- e) Desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas e dos governos

073. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação às funções do Estado como regulador da atividade econômica e produtor de bens e serviços, julgue o seguinte item.

A atuação do Estado como produtor de bens e serviços essenciais se justifica quando esses oferecem, estrutural ou conjunturalmente, baixo retorno em relação ao capital investido.

074. (CESPE/MPOG/ECONOMISTA-PGCE/2015) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue.

As funções do governo estão associadas às chamadas falhas de mercado, mas no caso do Brasil não deverão ser aplicadas novas intervenções em 2016 caso a inflação convirja para o centro da meta.

075. (CESPE/TJ-SE/ANALISTA/2014) No que concerne às funções dos governos e às diversas formas de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item que se segue.

No caso da ocorrência do monopólio natural, em que há uma única empresa produtora de um bem público, o Estado pode tanto responsabilizar-se diretamente pela produção do bem quanto exercer o controle de preços por meio de regulação.

GABARITO

1. E	38. d	75. C
2. a	39. d	
3. a	40. a	
4. E	41. b	
5. C	42. c	
6. c	43. b	
7. E	44. a	
8. C	45. c	
9. C	46. b	
10. C	47. a	
11. C	48. e	
12. C	49. c	
13. E	50. c	
14. C	51. e	
15. C	52. b	
16. C	53. C	
17. e	54. E	
18. e	55. E	
19. b	56. C	
20. c	57. C	
21. e	58. a	
22. d	59. C	
23. e	60. E	
24. e	61. C	
25. a	62. E	
26. b	63. C	
27. b	64. C	
28. c	65. C	
29. a	66. E	
30. a	67. E	
31. c	68. a	
32. b	69. b	
33. a	70. E	
34. b	71. c	
35. C	72. d	
36. E	73. C	
37. b	74. E	

GABARITO COMENTADO

017. (FGV/TJ-RO/ANALISTA-JUD-ECONOMISTA/2021) Considere uma situação caracterizada pela presença de uma externalidade negativa. Nesse contexto, tem-se que o custo marginal social:

- a) será igual ao benefício privado;
- b) será igual ao custo marginal privado;
- c) não tem relação significativa com o custo marginal privado;
- d) ficará aquém do custo marginal privado;
- e) excederá o custo marginal privado.



Vamos exemplificar para melhor elucidar a situação:

Imagine que uma indústria química despeje poluentes em um rio e o polua, tornando impróprio o consumo de água, matando os peixes que eram fonte de renda da comunidade e gerando um mau cheiro horrível na região.

Nesse caso, o custo marginal social dessa externalidade é maior do que o custo marginal privado da empresa, pois a comunidade que dependia desse rio perdeu sua fonte de água potável e parte de sua fonte de renda que provinha da pesca, além de ter que aguentar o mau cheiro. A externalidade negativa é o efeito externo causado por um agente (indústria química) que afeta o bem-estar de outro agente (comunidade), e esse efeito não é capturado pelos mecanismos de mercado.

Em suma, na externalidade negativa o custo marginal social é **MAIOR** do que o custo marginal privado.

Letra e.

018. (FGV/TJ-RO/ANALISTA-JUD-ECONOMISTA/2021) Com relação ao conceito de externalidades, analise as afirmativas a seguir.

- I – O Estado deve intervir com a imposição de impostos para reduzir a quantidade privada de externalidades positivas.
- II – Externalidades negativas podem ser definidas como as ações de um agente que afetam negativamente outros agentes.
- III – Um exemplo de externalidade positiva é a educação que eleva o bem-estar da sociedade e, por isso, pode ser provida também pelo Estado.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) II e III.



Vamos avaliar os itens:

I – Errado. Externalidades positivas ocorrem quando o Benefício Social é maior que o Benefício Privado, ou seja, diante de uma ação de externalidade positiva, a sociedade ganha mais. Nesses casos, geralmente, o governo subsidia essas atividades em vez de tributar.

II – Certo. São aquelas externalidades que afetam negativamente a sociedade, como é o caso do fumante que obriga os demais a inalarem a fumaça e aquele morador que não limpa seus focos de dengue e aumenta os índices da doença no bairro.

III – Certo. Sim, a educação é um exemplo clássico de externalidade positiva, já que não afeta positivamente apenas os estudantes, mas toda a sociedade, seja pela redução de criminalidade, pelo desenvolvimento de novas tecnologias ou de cultura e arte, dentre outros benefícios.

Letra e.

019. (FGV/SEFIN-RO/AUDITOR/2018) Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

- a) perde a característica de não excludência.
- b) o uso excessivo a torna um bem rival.
- c) há a presença de transporte público e carros particulares.
- d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.
- e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.



Note que um bem é não rival se o consumo por parte de um agente não prejudica o consumo de outro, mas, na situação apresentada na questão, se a rua já está cheia de veículos, o fato de eu ocupá-la impede que outro o faça, devido ao congestionamento. Em outras palavras, um veículo a mais na rua passa a impor um custo aos demais.

Vamos apontar os erros das demais alternativas:

- a) Errada. No caso de uma rua não pedagiada, isso não se aplica, já que um bem é não excludente quando não se consegue impedir o consumo daquele que não paga por isso.
- c) Errada. Não tem relação com a situação em tela.
- d) Errada. A alternativa trata da Externalidade, que é outra falha de mercado. Para os bens públicos, devemos avaliar se o bem é não excludente e não rival.
- e) Errada. Na verdade, a existência de trânsito pesado torna rival o consumo da rua, mas a implementação de pedágio não mexe nisso, já que apenas torna o consumo excludente (somente teriam acesso os consumidores pagantes).

Letra b.

020. (FGV/CGM-NITERÓI/ANALISTA/2018) O ar que cada cidadão respira é um exemplo de bem

- a) privado, pois é passível de cobrança.
- b) natural, pois aplica-se o fenômeno da Tragédia dos Comuns.
- c) público, pois não é rival nem excludente.
- d) semipúblico, pois pode ser fornecido pelo setor privado.
- e) coletivo, pois pode ser restrito a um grupo.



O ar é um exemplo clássico de bem público puro, ou seja, é um bem não rival e não excludente. O ar é não excludente quando não se consegue impedir que seja consumido, mesmo sem que se pague por isso (respirar ainda é de graça), e, é não rival, quando o custo marginal de seu consumo é nulo.

Letra c.

021. (FGV/SEPOG-RO/EPPGG/2017) Em relação ao tópico Externalidades, assinale (V) para a afirmativa correta e (F) para a falsa.

- I – () O teorema de Coase mostra que a solução de mercado eficiente levará a mesma quantidade de externalidade, para qualquer distribuição dos direitos de propriedade.
- II – () A existência de custos de transação sobre os direitos de propriedade pode afetar o resultado do Teorema de Coase
- III – () O preço da externalidade na negociação entre as partes é sempre positivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e V.
- d) F, V e V.
- e) F, V e F.



Vamos avaliar os itens:

I – Falso. De acordo com o Teorema de Coase, quando as partes puderem negociar sem custo e com possibilidade de obter benefícios para todos os envolvidos, o resultado das transações será eficiente, independentemente de como estejam especificados os direitos de propriedade. Assim, não importa como os direitos de propriedade estejam distribuídos, as externalidades serão eliminadas, desde que as partes possam negociar sem custo e com possibilidade de obter benefícios para todos os envolvidos.

II – Verdadeiro. De acordo com o Teorema de Coase, quando as partes puderem negociar sem custo e com possibilidade de obter benefícios para todos os envolvidos, o resultado das transações será eficiente, independentemente de como estejam especificados os direitos de propriedade.

III – Falso. O preço pode ser negativo, ainda mais se considerarmos que existem externalidades positivas e negativas e, além disso, uma parte pode arcar com o ônus da outra.

Letra e.

022. (FGV/TCE-RJ/AUDITOR/2015) Em relação aos conceitos de externalidade e bens públicos na economia, é correto afirmar que:

- a) bens públicos são bens rivais alocados de forma igualitária;
- b) caso a atividade de uma empresa privada esteja gerando uma externalidade sobre outras empresas, é fundamental a atuação do governo na negociação de um acordo;
- c) a regulação ótima de uma externalidade consiste em eliminar completamente seus efeitos prejudiciais;
- d) bens públicos só são providos de forma ótima pelo governo, ou por meio de alguma atuação governamental;
- e) bens públicos devem ser providos apenas pelo governo.



- a) Errada. Os bens públicos são não rivais e não são, necessariamente, alocados de modo igualitário.
- b) Errada. As externalidades também podem ser positivas e, assim, não é necessária interferência do Estado, a não ser que seja apenas para incentivar.
- c) Errada. Tem pinta de correta, mas está errada! Essa afirmação não vale para as estruturas de mercado concorrência perfeita e monopólio, já que, neles, o chamado ponto ótimo é aquele em que o custo marginal social é igual à curva de demanda/benefício marginal social.
- d) Certa. Repare que os bens públicos são não rivais e não exclusivos, assim, a firma não consegue excluir os “free riders” (caronas), que não pagam nada! O particular, para oferecê-los, tem que receber algum incentivo do Estado.
- e) Errada. Os bens podem ser providos por particulares incentivados pelo Estado.

Letra d.

023. (FGV/PREF-CUIABÁ/AUDITOR/2016) Em relação às funções do governo, analise as afirmativas a seguir.

- I – A tributação sobre grandes fortunas e heranças pode ter função distributiva ou estabilizadora, a depender de como o governo irá alocar os valores arrecadados.
- II – A expansão do sistema de água e esgoto para áreas desfavorecidas está relacionada à função distributiva.
- III – Um programa de estímulo às contratações de jovens por empresas, em contrapartida de abono fiscal, é considerado função estabilizadora.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.



Vamos avaliar as assertivas:

I – Certa. Em relação à função distributiva, não temos dúvida. Mas no que diz respeito à função estabilizadora do imposto sobre grandes fortunas e sobre herança, como atinge o estoque de riqueza e não o seu fluxo, tais impostos não são estabilizadores automáticos, o como imposto de renda. Entretanto, a banca considerou verdadeira a assertiva.

II – Errada. A prestação de um serviço público à população, seja aos pobres ou aos ricos, indica a função alocativa.

III – Certa. Perceba que o governo está utilizando sua política fiscal para expandir o emprego e a renda.

Letra e.

024. (FGV/IBGE/TECNOLOGISTA/2016) Associe as funções do Estado às suas respectivas características:

- 1) Alocativa.
 - 2) Estabilizadora.
 - 3) Distributiva.
-
- () A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.
 - () A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.
 - () O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.



Na primeira assertiva, temos a função distributiva. Um tributo sobre movimentações financeiras onera mais as pessoas com maior renda e as maiores empresas. Desse modo, transferir esses recursos ao SUS, por exemplo, que é utilizado principalmente pelas pessoas mais pobres, é uma forma de redistribuir recursos.

Na segunda assertiva, temos a função alocativa. Por meio do voto, o eleitor revela suas preferências, dentre outras coisas, por bens e serviços públicos, podendo escolher, por exemplo, entre um candidato que foca na educação e na saúde e outro candidato que planeja investir dinheiro público em infraestrutura.

Na terceira assertiva, temos a função estabilizadora. O controle da inflação é um dos meios utilizados para se obter maiores níveis de emprego e renda.

Letra e.

025. (FGV/DPE-RO/ANALISTA/2015) Em relação às funções do Estado, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- Um candidato eleito que eleva os gastos com segurança pública, está exercendo a sua função alocativa.
- A implementação de um imposto sobre grandes fortunas e a redução daqueles cobrados sobre os extratos menores de renda estão relacionados à função distributiva.
- Políticas que reduzam os custos admissionais a fim de elevar o emprego estão relacionadas à função estabilizadora.

A sequência correta é:

- a) V – V – V;
- b) V – V – F;
- c) F – V – V;
- d) F – F – V;
- e) F – F – F.



Vamos julgar, comentar e marcar a sequência correta:

- I – Verdadeira. Segurança pública é um caso típico de função alocativa.
II – Verdadeira. Sim. Belo exemplo de redistribuição de renda via tributação.
III – Verdadeira. Manter o nível de emprego faz parte da função estabilizadora.

Letra a.

026. (FGV/TCM-SP/AGENTE-FISCAL/2015) Considere a seguinte situação: a variação nominal da base monetária representa apenas a recomposição, pelas pessoas, da perda do valor real de seus encaixes monetários provocado pela inflação.

A receita dessa emissão monetária feita pelo governo, definida também como a taxa de inflação esperada multiplicada pelo valor real da base monetária, é o(a):

- a) Receita Intertemporal do Governo;
- b) Imposto Inflacionário;
- c) Senhoriagem Monetária;
- d) Custo de Oportunidade da Senhoriagem;
- e) Equivalência Ricardiana.



Quando temos um contexto inflacionário, a receita decorrente da emissão monetária feita pelo governo, definida também como a taxa de inflação esperada multiplicada pelo valor real da base monetária, é chamada de imposto inflacionário.

Guarde que: consideramos imposto inflacionário a receita que o governo ganha quando emite moeda para recompor a perda do valor real dos chamados encaixes monetários do público.

Letra b.

027. (FGV/TCM-SP/ECONOMISTA/2015) Relacione as funções do governo com suas respectivas características ou descrições.

- 1) Função Alocativa
 - 2) Função Distributiva
 - 3) Função Estabilizadora
-
- () O mecanismo eleitoral é imprescindível para que uma sociedade revele suas preferências de distribuição dos recursos públicos disponíveis na provisão de bens e serviços por parte do Estado.
 - () Uma taxa de inflação elevada tende a impactar mais fortemente os mais pobres, visto que estes têm maior perda de poder de compra de seus rendimentos. Essa é uma das razões pelas quais o governo deve usar a política monetária e fiscal para combater a inflação.
 - () A tributação de grandes fortunas pode ser um mecanismo importante para financiar programas de construção de moradias populares.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 2, 3 e 1;
- e) 3, 1 e 2.



Vamos associar e marcar a sequência correta:

1. Alocativa, com o governo alocando recursos para fornecer bens e serviços públicos à população.
3. Estabilizadora, com foco na estabilização macroeconômica.
2. Distributiva, usando o dinheiro arrecadado dos ricos para distribuir aos pobres via moradia popular.

Letra b.

028. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego. Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas à seguridade social.



Numa lida no enunciado já podemos ver que estamos falando da função estabilizadora, aquela responsável em manter a estabilidade do nível de preços, o que já elimina as alternativas, a, b e e. Bem, a função estabilizadora normalmente é exercida pela combinação adequada das políticas monetária e fiscal.

Letra c.

029. (FGV/CGM-NITERÓI/ANALISTA/2018) Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela _____, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo _____.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo – distributiva.

- b) camada mais rica da sociedade – distributiva.
- c) sociedade como um todo – redistributiva.
- d) camada mais rica da sociedade – regulatória.
- e) sociedade como um todo – regulatória.



Note que a assertiva aborda uma política pública sem fonte de financiamento específica. Assim sendo, podemos notar que são utilizados recursos do orçamento do ente público, financiado por todos os contribuintes, ou seja, pela sociedade como um todo.

Partindo dos recursos extraídos da sociedade como um todo, existe um indicativo de que estamos tratando de uma política distributiva, não porque ela “distribui” os aparelhos, mas porque visa a equilibrar as condições de vida das pessoas. Nessa toada, quando se distribui os aparelhos de forma gratuita, garante-se que aqueles que não poderiam pagar por isso tenham acesso ao aparelho auditivo.

Letra a.

030. (FGV/ALERO/ANALISTA/2018) A política de preços praticada pela Petrobras, a partir de 2016, definiu que o preço dos combustíveis no Brasil seria pautado pela cotação do barril de petróleo no mercado internacional, em dólar. O exemplo acima indica o seguinte tipo de função econômica governamental:

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) reguladora.
- e) concedente.



Em consonância com o enunciado da questão, podemos perceber que a política de preços praticada pela Petrobrás no período indicado, teve um viés **estabilizador**, de modo a corrigir uma discrepância que havia entre os preços praticados pela companhia (represados no governo Dilma na tentativa de conter a alta da inflação) e os anseios do mercado, deixando-os oscilar de acordo com o momento do mercado de petróleo, promovendo, assim, um ajustamento automático no mecanismo de preços dos seus derivados.

Letra a.

031. (FGV/ALERO/CONSULTOR/2018) Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- b) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.

- c) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.
- d) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- e) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.



A função estabilizadora visa a manter o equilíbrio macroeconômico, aliando estabilidade de preços e crescimento da renda, e, nesse sentido, usar a política monetária para conter a inflação faz parte da função estabilizadora.

Vamos apontar os erros das demais alternativas:

- a) Função alocativa.
- b) Função distributiva.
- d) Função alocativa.
- e) Função distributiva.

Letra c.

032. (FGV/PREF-SALVADOR/TÉCNICO-SUPERIOR/2017) Relacione cada função econômica do governo à sua característica ou ao seu exemplo.

- 1) Função Alocativa.
- 2) Função Distributiva.
- 3) Função Estabilizadora.

- O acesso da população à água e ao esgoto tratável contribui para reduzir os gastos públicos com saúde.
- O adequado uso da política monetária leva a uma taxa de inflação menor, sem afetar fortemente o desemprego.
- Reduzir impostos sobre consumo tem efeitos progressivos sobre a renda das pessoas.

Assinale a opção que apresenta a relação correta.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 3 e 2.
- c) 2, 3 e 1.
- d) 3, 1 e 2.
- e) 3, 2 e 1.



A sequência correta é:

- 1. Função alocativa. Note que o acesso da população à água e ao esgoto tratável contribui para reduzir os gastos públicos com saúde, ou seja, temos o governo prestando um serviço.

3. Função estabilizadora. Note que o adequado uso da política monetária leva a uma taxa de inflação menor, sem afetar fortemente o desemprego, ou seja, temos o governo atuando para amenizar a inflação e preocupado com o desemprego.

2. Função distributiva. Note que reduzir impostos sobre consumo tem efeitos progressivos sobre a renda das pessoas, ou seja, temos o governo redistribuindo renda via impostos progressivos.

Letra b.

033. (FGV/TCM-SP/AGENTE-FISCAL/2015) O uso das vias públicas pode produzir diversos problemas para a sociedade em termos de poluição, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições e perda de tempo devido ao trânsito. Na Teoria Econômica esses são problemas:

- a) de externalidades negativas, e a solução é a intervenção do Estado por meio da imposição de impostos, pedágios urbanos e regulamentação das condições do veículo para desestimular tais externalidades;
- b) de elevado grau de rivalidade, e a solução é a implementação de pedágios urbanos como forma de diminuir o uso de automóveis e estimular o uso de transportes coletivos;
- c) de mercados incompletos, visto que o Estado poderia implementar um mercado de Lindhal para cada um desses “problemas”, ou seja, quem desejar menos poluição, basta pagar uma contribuição, que é repassada pelo Estado para aqueles que optarem por deixar o veículo em suas residências;
- d) de falha de informação, e uma solução possível seria o gasto maior em propagandas públicas advertindo contra o surgimento de tais problemas;
- e) de interferência excessiva do governo na economia. Soluções possíveis passam pela privatização de todas as vias públicas, permitindo que o mercado se autorregule, o que minimizaria tais problemas, e maior punição no caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.



Já temos o gabarito na letra A. Sim, essas ações do Estado são necessárias diante de uma externalidade negativa. Vamos apontar os erros das demais alternativas:

- b) Errada. É justamente pelo fato de as vias terem baixo grau de rivalidade que aparecem problemas assim.
- c) Errada. O termo mercado incompleto define um mercado em que um ou mais bens não são ofertados, ainda que o preço potencial supere seu custo médio. Além disso, o método de Lindhal define quanto cada indivíduo deve pagar por um bem ou serviço público.
- d) Errada. Não se trata de falha de informação.
- e) Errada. São as falhas de mercado que corroboram a interferência do Estado.

Letra a.

034. (CONSULPLAN/MAPA/ADMINISTRADOR/2014) “A política fiscal diz respeito ao manejo dos orçamentos do governo, tanto do lado dos dispêndios quanto do lado das receitas”. (Rossetti, 1997. p. 717.)

Assinale a alternativa que apresenta um dos meios utilizados pela Política Fiscal.

- a) Política salarial.
- b) Tributos diretos e indiretos.
- c) Controle da oferta de moeda.
- d) Valorização da taxa de câmbio.



Vamos analisar as alternativas:

- a) Errada. A Política salarial, especificamente, não é um dos vieses da política fiscal.
- b) Certa. A política fiscal tem, sim, relação com a arrecadação de tributos e o controle das despesas por parte do governo.
- c) Errada. É medida de política monetária.
- d) Errada. É medida de política cambial.

Letra b.

035. (CONSULPLAN/PREF.NATIVIDADE/TÉCNICO/2014-ADAPTADA) Julgue o item abaixo: Para uma política fiscal austera, o orçamento deve ser planejado para que seguidos superávits diminuam a dívida pública



A assertiva está correta, já que, se o objetivo da política fiscal for contracionista, para, por exemplo, realizar controle da inflação, o orçamento deve ser planejado para reduzir despesas/aumentar tributos, o que, em tese, gera seguidos superávits que acabam diminuindo a dívida pública.

Certo.

036. (CONSULPLAN/PREF.NATIVIDADE/TÉCNICO/2014-ADAPTADA) Julgue o item abaixo: Um orçamento superavitário deve ser meta para a Administração, haja vista que independente de política fiscal é fundamental arrecadar mais do que se gasta.



A assertiva está errada, já que, se o objetivo da política fiscal for incentivar a economia, via aumento de despesas e/ou redução da tributação, nem sempre o superávit deve ser a meta da administração.

Errado.

037. (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA/2016) As formas de regulação da propriedade privada pelo Estado possuem falhas e benefícios potenciais associados. Algumas falhas potenciais desses processos são listadas a seguir. Assinale a opção que é uma falha potencial do processo de regulação executado por agência independente.

- a) Monopólio estatal.
- b) Captura das empresas públicas por políticos e sindicatos.
- c) Orientação dos gestores públicos por metas ambíguas e inconsistentes.
- d) Coordenação débil entre diferentes empresas públicas.
- e) Captura dos reguladores pelas empresas reguladas.



Sem dúvida, o examinador refere-se ao risco da captura da agência reguladora por parte do regulado, que pode levar a agência a atuar com o propósito de atender a interesses específicos de um ou alguns determinados grupos, em detrimento do interesse público que justificou a sua criação.

Letra b.

038. (ESAF/CGU/AFC/2004) Para atingir os objetivos de política econômica, o governo dispõe de um conjunto de instrumentos. Entre eles estão a política fiscal, monetária e cambial. Assinale a opção incorreta.

- a) A política cambial corresponde a ações do governo que atingem diretamente as transações internacionais do país.
- b) A política fiscal pode ser dividida em política tributária e política de gastos públicos.
- c) Para controlar as condições de crédito, o governo utiliza a política monetária.
- d) Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política monetária é expansionista e, caso contrário, é contracionista.
- e) Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de vários países.



Amigo (a), a questão pede que marquemos a alternativa incorreta. Com exceção da letra d, todas estão corretas.

Vamos reescrever a alternativa d para torná-la correta:

Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política FISCAL é expansionista e, caso contrário, é contracionista

Em relação às demais alternativas, para comprovar que estão corretas, basta lembrarmos das seguintes ideias básicas de cada uma:

Política Monetária: conjunto de medidas que objetivam modificar a quantidade de moeda na economia, assim como outras variáveis que nela exercem influência.

Política Fiscal: variações no orçamento público com o objetivo de modificar seus agregados, tais como a receita/despesa pública e o investimento.

Política Cambial: conjunto de medidas que modificam os termos de troca entre o país e o resto do mundo, ou seja, que variam o regime de câmbio, exercendo efeitos nas importações e exportações.

Letra d.

039. (CESGRANRIO/BNDES/ADMINISTRADOR/2011) Um aumento dos gastos em bens e serviços por parte do governo, financiado pela emissão de títulos públicos e causando um aumento das taxas de juros na economia, é uma política

- a) de redução da demanda agregada.
- b) monetária expansiva.
- c) orçamentária contracionista.
- d) macroeconômica fiscal expansiva.
- e) financeira sem efeitos reais na economia.



Note que o enunciado dessa essa questão juntou duas ações de diferentes políticas com efeitos contrários. Vamos então analisar/classificar cada uma delas e depois procurar a melhor alternativa.

1. “Um aumento dos gastos em bens e serviços por parte do governo [...]”.

Aumento de gastos do governo é política fiscal expansionista!

2. “[...] financiado pela emissão de títulos públicos e causando um aumento das taxas de juros na economia”.

Ao emitir títulos, o governo retira moeda de circulação, fazendo, então, uma política monetária contracionista.

Letra d.

040. (CEPERJ/SEFAZ-RJ/AFP/2011) O conjunto de medidas destinadas a reconduzir as finanças públicas a uma trajetória de solvência intertemporal pode ser definido como ajuste:

- a) fiscal.
- b) monetário.
- c) cambial.
- d) externo.
- e) de rendas.



O enunciado trouxe a informação de que as finanças públicas precisam ser reconduzidas para uma situação de solvência intertemporal. Em outras palavras, o enunciado disse: precisamos ajustar o orçamento público.

Falou em ajustar o orçamento público, falou em ajuste fiscal!

Letra a.

041. (CEPERJ/SEFAZ-RJ/AFP/2011) Pode ser considerado instrumento de política fiscal restritiva:

- a) valorização cambial.
- b) redução nos gastos do governo (G).
- c) redução dos impostos (T).
- d) aumento das transferências governamentais (Tr).
- e) desvalorização cambial.



Vamos classificar cada uma das políticas presentes nas alternativas e ver qual está correta, lembrando que queremos a alternativa que contemple uma política fiscal restritiva (contracionista).

- a) Errada. Política cambial.
- b) Certa. Política fiscal contracionista.
- c) Errada. Política fiscal expansionista.
- d) Errada. Política fiscal expansionista.
- e) Errada. Política cambial.

Letra b.

042. (UFG/PREFEITURA-GOIÂNIA/ECONOMISTA-AOF/2012) De acordo com o modelo clássico da macroeconomia, uma política fiscal expansionista ocasiona

- a) aumento no nível de preços e elevação do salário real.
- b) queda no nível de preços, elevação do salário real.
- c) aumento no nível de preços e elevação do salário nominal.
- d) queda no nível de preços e elevação do salário nominal.



A Política fiscal expansionista implica em gastar mais com o fito de movimentar a economia, podendo gerar, em contrapartida, aumento de nominal de preços, ou seja, um pouco de inflação. A única alternativa que vai nesse sentido é a que nos diz que ocorre aumento no nível de preços e elevação dos salários em termos nominais.

Letra c.

043. (UFG/ECONOMISTA-AOF/PREFEITURA DE GOIÂNIA/2012) O Estado exerce papel importante na atividade econômica. Tornou-se consenso que o setor público deve cumprir, fundamentalmente, três funções, a saber:

- a) distributiva, fiscalizadora e alocativa.
- b) distributiva, alocativa e estabilizadora.
- c) distributiva, normativa e estabilizadora.
- d) fiscalizadora, normativa e estabilizadora.



Essa questão é para responder com firmeza. Não admito que errem essa questão na prova! Já estamos carecas de saber que essas funções são: distributiva, alocativa e estabilizadora.

Letra b.

044. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR/2014) Tomando por base as funções clássicas do governo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O governo tem por função a promoção de ajustamentos na distribuição da renda, criando condições para a maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.
- b) A manutenção da estabilidade refere-se ao controle do nível agregado da demanda, no intuito de diminuir o impacto social e econômico de crises de inflação e depressão.
- c) A adoção da progressividade tributária é condizente com a função distributiva.
- d) A oferta de bens semipúblicos integra a função alocativa.
- e) A existência do governo se justifica, pois o sistema de mercado não é capaz de, sozinho, desempenhar todas as suas funções econômicas.



O examinador pediu a incorreta, e temos erro apenas na letra A.

A promoção de ajustes na distribuição de renda, que se dá via função distributiva, não busca fornecer melhores condições para uma maior eficiência na utilização dos recursos da economia, sendo esta característica da função alocativa.

De modo intrigante, temos um verdadeiro dilema entre a eficiência e a equidade, pois quando o governo procura redistribuir renda, acaba gerando perdas de eficiência econômica, e vice-versa.

Letra a.

045. (FUNIVERSA/SEFAZ-DF/ACI/2014) Com referência aos efeitos da política fiscal sobre a distribuição de renda de países em desenvolvimento, assinale a alternativa correta.

- a) A elevada incidência de impostos indiretos implica a existência de uma tributação progressiva.
- b) Os efeitos distributivos do orçamento público são mais eficazes quando orientados para metas de curto prazo.

- c) A distribuição da carga tributária de um imposto geral sobre o consumo de alíquota uniforme deve ser regressiva.
- d) A existência de impostos regressivos impede que a política fiscal seja neutra.
- e) O impacto da atividade governamental sobre a distribuição de renda é mais bem quantificado no caso dos bens públicos.



Vamos julgar e justificar nosso julgamento das assertivas:

- a) Errada. Os tributos indiretos possuem forte caráter REGRESSIVO.
- b) Errada. As metas devem ser de longo prazo, especialmente no que diz respeito aos aspectos distributivos, que exigem longo tempo para maturação.
- c) Certa. No caso de imposto sobre o consumo, temos um imposto indireto e um indicativo de que o imposto é regressivo. Se a alíquota for a mesma para todos, os indivíduos de renda maior pagam proporcionalmente menos imposto.
- d) Errada. Aqueles impostos ditos regressivos não impedem que a política fiscal seja neutra, pois para que a política fiscal seja neutra, ela não deve causar perda de eficiência econômica. Ao falarmos em neutralidade, estamos estabelecendo o critério da eficiência econômica. Por seu turno, o critério de um imposto regressivo é a equidade, não a eficiência, ou seja, os critérios são diferentes, de forma que um não impede o outro. Assim, existe um dilema entre equidade e eficiência econômica.
- e) Errada. Na verdade, medir os impactos gerados pelos bens públicos é quase impossível, tendo em vista suas características de não rivalidade e não exclusão.

Letra c.

046. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015) Sobre as funções dos governos, considere:

- I – A função distributiva busca tornar compatíveis entre si a distribuição das remunerações dos fatores resultantes da atividade econômica via mercado e aquela que atende aos princípios de justiça social.
- II – A função competitiva do governo decorre diretamente da presença de bens comuns, os quais são oferecidos simultaneamente pelo Estado e pelo setor privado, como é o caso da educação básica e do sistema de saúde.
- III – A função alocativa decorre da existência de bens públicos.
- IV – A função estabilizadora implica o uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso dos recursos apenas em momentos de recessão, quando o desemprego aumenta e a taxa de câmbio se valoriza.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.

- c) I e II.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.



Vamos julgar, comentar as assertivas e buscar a alternativa correta:

- I – Certa. Isso! Busca uma distribuição justa da renda, com atuação do governo nesse sentido.
- II – Errada. Essa função não existe.
- III – Certa. Sim, por meio da função alocativa, o governo fornece bens de interesse da população para suprir uma eventual lacuna desse fornecimento pelo setor privado.
- IV – Errada. A ideia é usar, principalmente quando tudo está bem, inclusive para evitar recessão e desemprego.

Letra b.

047. (FCC/TCE-CE/ANALISTA/2015) Dentre as funções econômicas do governo, a função:

- a) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.
- b) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituem o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
- c) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
- d) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
- e) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.



De cara já vemos que as funções do Estado apresentadas pelas letras B e E não são as funções clássicas da Economia e, assim, não poderiam ser marcadas como certas.

Por sua vez, o erro da alternativa C guarda relação com o fato de que a função distributiva do Estado faz uso da política fiscal (renúncia fiscal, tributos, transferências, subsídios etc.) para garantir a distribuição equânime de recursos, e quem se preocupa com o bom uso qualitativo dos recursos, com as externalidades e a eficiência econômica é a função alocativa.

A D também é falsa, pois a função estabilizadora usa as políticas fiscal e monetária para a manutenção da estabilidade.

Letra a.

048. (FCC/TCM-RJ/AUDITOR/2015) A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando à correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.



Bela descrição da função alocativa. Guarde para a prova!

Letra e.

049. (FCC/MANAUSPREV/ECONOMISTA/2015) Considerando-se a natureza e os instrumentos da política fiscal,

- a) o efeito do orçamento equilibrado sobre a renda agregada mostra que déficits fiscais sistemáticos, independentemente da conjuntura econômica, são uma boa forma de controlar a inflação, pois levam a taxas de juros cada vez mais elevadas.
- b) os gastos do governo são importante instrumento de estabilização da economia, pois garantem diretamente um equilíbrio estável da taxa de câmbio, independentemente do nível da taxa de juros e das reservas internacionais.
- c) a política fiscal no Brasil é gerida pelo Tesouro Nacional e representa a composição do gasto público e da arrecadação de tributos e a trajetória do endividamento do setor público nos diferentes níveis de governo e, portanto, não tem qualquer relação instrumental direta com a política monetária, a qual é de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
- d) cabe à política fiscal o controle dos agregados monetários e das reservas internacionais.
- e) a política cambial é determinante para os resultados fiscais do setor público, pois uma parte substancial dos gastos e arrecadações é feita em divisas estrangeiras.



Vamos analisar as alternativas e escolher a correta:

- a) Errada. O governo alimenta a inflação com seus déficits fiscais.
- b) Errada. É a taxa de juros que garante de modo direto um equilíbrio na taxa de câmbio.
- c) Certa. De fato, não há uma relação instrumental entre ambas.
- d) Errada. É responsabilidade da política monetária.
- e) Errada. A maior parte dos gastos e receitas é feita em Real.

Letra c.

- 050.** (FCC/TCE-AM/AUDITOR/2015) Define-se a política fiscal de um certo país como a administração exclusivamente
- a) dos impostos dos governos federais, estaduais e municipais.
 - b) de gastos dos governos federais, estaduais e municipais.
 - c) de impostos, gastos e transferências dos governos federais, estaduais e municipais.
 - d) do orçamento federal.
 - e) dos impostos e gastos dos municípios.



Questão de resolução direta. Define-se a política fiscal de um certo país como a administração exclusivamente de impostos, gastos e transferências dos governos federais, estaduais e municipais.

Guarde: são todos os entes (embora pudesse falar também em distritais) e envolve receitas e despesas.

Letra c.

- 051.** (VUNESP/PREFEITURA-SP/ANALISTA/2015) No processo brasileiro de industrialização, o papel de atuação do Estado que foi caracterizado pela submissão da política econômica às metas de industrialização, as quais passaram a ser o foco central dos governos, contingenciando as divisas, utilizando-se do câmbio múltiplo, das tarifas aduaneiras, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, com os créditos subsidiados pelo Banco do Brasil e depois pelo BNDE, é denominado Estado
- a) financiador.
 - b) produtor.
 - c) regulamentador.
 - d) consumidor.
 - e) condutor.



O Estado Brasileiro atuou como um condutor da industrialização na segunda metade do século XX, mas também foi um grande produtor via empresas estatais. De qualquer forma, o examinador, mais do que a um período propriamente dito, estava se referindo a uma conceituação do Estado que pode atuar de quatro maneiras diferentes: estado condutor, estado regulamentador, estado produtor e estado financiador.

Vamos conhecer essas quatro definições segundo Amaury Gremaud, em Economia Brasileira Contemporânea:

1) Estado condutor: nesse caso, o Estado é condutor do processo de industrialização por meio da utilização da política econômica com este fim. Assim, utilizaram-se amplamente os instrumentos de política cambial, tarifária e creditícia com o fim de prover a industrialização. Os créditos subsidiados do Banco do Brasil e, depois, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foram utilizados nas políticas econômicas (para industrialização), que passaram a ser o foco central dos governos.

2) Estado regulamentador: nesse caso, o Estado regulamenta os conflitos entre as classes operária e patronal, destacando uma série de intervenções efetuadas pelo governo, como a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – na mediação entre os operários e os industriais. Por meio de instituições (como o Ministério do Trabalho e outros órgãos reguladores) que se atribuem ao Estado brasileiro, exerce o papel de regulamentador dos conflitos inerentes ao desenvolvimento industrial, estatizando tais conflitos.

3) Estado produtor: nesse caso, o Estado é chamado de produtor por promover vários serviços para a sociedade. Como exemplo, destacamos o Estado brasileiro a partir dos anos 30, quando boa parte dos serviços públicos, serviços relativos a atividades de infraestrutura como ferrovias, transporte marítimo, provedores de água, eletricidade, serviços de comunicações foi estatizada ou já nasceu sob a forma estatal. Também acabaram por se criar empresas públicas no setor de bens intermediários (mineração, siderurgia, petróleo e outros) como Petrobras, Vale do Rio Doce, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional etc.

4) Estado financiador: nesse caso, o Estado é responsável por financiar a ampliação do papel do Banco do Brasil e pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), banco estatal destinado a ser o braço financeiro da Sudene. O sistema financeiro público conduzia, por meio de financiamento, a evolução da industrialização brasileira.

Perceba que a definição do autor para Estado Condutor vai exatamente no sentido do nosso enunciado. Registre-se ainda que o “Estado consumidor” foi uma invenção do examinador.

Letra e.

052. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.



A função alocativa corresponde ao fornecimento de bens públicos. Confira a definição de Giambiagi e Além, em Finanças Públicas:

Como vimos, os bens públicos não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado. O fato de os benefícios gerados pelos bens públicos estarem disponíveis para todos os consumidores faz com que não haja pagamentos voluntários aos fornecedores desses bens. Sendo assim, perde-se o vínculo entre produtores e consumidores, o que leva à necessidade de intervenção do governo para garantir o fornecimento dos bens públicos. Isto posto, o governo deve determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados e calcular o nível de contribuição de cada consumidor.

Letra b.

053. (CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE/2019) O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

Com base no orçamento público, os governantes selecionam as prioridades e decidem como empregar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme o peso ou a força política desses grupos.



Exato! Veja a definição dos doutrinadores **Ciro Biderman** e **Paulo Arvate**, na obra **Economia do Setor Público no Brasil**:

O orçamento é um instrumento fundamental de governo, seu principal documento de políticas públicas. Através dele, os governantes selecionam prioridades, decidindo como gastar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme seu peso ou força política.

Certo.

054. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Com relação às políticas econômicas e aos seus instrumentos, julgue o item subsecutivo.

O SIMPLES Nacional, por oferecer regime de tributação favorecido para as empresas nele enquadradas, caracteriza política fiscal expansionista com base no aumento do gasto público.



Na verdade, O SIMPLES Nacional, por oferecer regime de tributação favorecido para as empresas nele enquadradas, caracteriza política fiscal expansionista com base na redução da tributação, não com base no aumento do gasto público, como disse o examinador.

Errado.

055. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço **Jean-Jacques Fontaine**, que lançou recentemente o livro **Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada**. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto, ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no **Porto Maravilha**. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

Ao delegar à iniciativa privada, por concessão, a operação dos BRT (*bus rapid transit*), a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro transferiu a titularidade da obrigação da prestação do serviço de transporte de passageiros para a concessionária, tendo passado a atuar como poder regulador.



Do ponto de vista jurídico, o fato de a Prefeitura delegar este serviço à iniciativa privada não faz com que a titularidade do serviço tenha sido transferida, já que não pode ser transferida para o setor privado.

Guarde que, na delegação, ocorre a mera transferência da execução do serviço, diferentemente da outorga, instituto usado para transferir titularidade somente entre entes públicos.

Errado.

056. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Os Jogos Olímpicos transformaram o Rio de Janeiro, avalia o jornalista suíço Jean-Jacques Fontaine, que lançou recentemente o livro Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos, uma cidade reinventada. Para o jornalista suíço, foram os Jogos que permitiram investimentos importantes na mobilidade urbana, na segurança, na saúde e na educação. Entre os projetos alavancados incluem-se a construção de quatro corredores de BRT e a expansão do metrô, embora tais projetos existissem desde a década de 60 do século XX; o crescimento das unidades de polícia pacificadora (UPPs), apesar de agora a política de segurança estar em declínio; e a ampla reforma urbana na região portuária, que, no entanto, ainda não conseguiu decolar a maior parte dos investimentos imobiliários previstos no Porto Maravilha. Valor Econômico, 26/7/16. Internet: <<http://www.valor.com.br>> (com adaptações). Considerando as informações apresentadas, julgue o item a seguir, acerca das funções econômicas do Estado e de suas formas de atuação.

As necessidades públicas, de que são exemplos a mobilidade urbana e a educação, são interesses gerais da coletividade satisfeitos por meio de serviços públicos, cuja prestação é de responsabilidade do Estado.



Isso. É por meio dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente pelo Estado, que as necessidades da população são atendidas. Ressalte-se que a responsabilidade é, em última instância, do Estado, mesmo que ele tenha delegado a sua execução à iniciativa privada.

Certo.

057. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Com relação aos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, julgue o item que se segue.

Em uma situação recessiva, uma política fiscal expansionista baseada no aumento do gasto do governo tem um efeito maior sobre a demanda agregada do que aquele que seria produzido por uma política fiscal expansionista baseada na redução de impostos sobre a renda.



Realmente, uma política fiscal expansionista baseada no aumento do gasto do governo tem um efeito maior sobre a demanda agregada do que aquele que seria produzido por uma política fiscal expansionista baseada na redução de impostos sobre a renda, em virtude do multiplicador dos gastos ser maior que o multiplicador dos tributos.

Isso ocorre em virtude de o gasto do governo ser um dinheiro injetado diretamente na economia, aumentando a renda na proporção do multiplicador.

Por outro lado, quando o governo diminui a tributação, as pessoas aumentam seu consumo, mas também aumentam sua poupança, ou seja, o valor reduzido na tributação não será totalmente transformado em demanda agregada.

Guarde, portanto, que o gasto público tem maior impacto na demanda agregada quando comparado a uma redução da tributação no mesmo montante.

Certo.

058. (CESPE/CAGE-RS/AUDITOR/2018) A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.



É por meio da função alocativa que o Estado oferta bens e serviços públicos no sentido amplo, ou seja, oferta bens e serviços públicos puros ou semipúblicos. Os bens semipúblicos são aqueles que, como geram externalidades positivas, não seriam ofertados de forma socialmente ótima.

Agora vamos apontar os erros das demais alternativas:

- b) Errada. Aqui temos uma medida estabilizadora de política monetária.

- c) Errada. Aqui temos uma medida estabilizadora de política fiscal.
- d) Errada. Não tem lógica criar externalidade negativa.
- e) Errada. Aqui temos uma medida de natureza distributiva.

Letra a.

059. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Acerca de políticas econômicas e seus conceitos, instrumentos e efeitos, julgue o item subsequente.

A correção da tabela do imposto de renda de pessoa física em razão da inflação, com a atualização das faixas sobre as quais incide cada alíquota do imposto, representa exemplo de política fiscal expansionista.



A redução efetiva do IR gerada via correção da tabela do imposto de renda de pessoa física em razão da inflação, com a atualização das faixas sobre as quais incide cada alíquota do imposto, representa exemplo de política fiscal expansionista, já que com mais renda líquida disponível as pessoas vão consumir mais, contribuindo, assim, para o “aquecimento” da demanda agregada.

Certo.

060. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Na execução de projetos que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o governo exerce diretamente função econômica distributiva.



Exerce a função alocativa, já que está prestando um serviço à sociedade. A distributiva é aquela que visa transferir/equilibrar a renda, tipo o Bolsa Família.

Errado.

061. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

A função estabilizadora relaciona-se à manutenção da solidez e da segurança da economia por meio de incentivos cujo objetivo é resolver problemas de ineficiência da economia.



Isso. A ideia é estabilizar e melhorar a eficiência da economia, controlando a inflação e focando no crescimento da renda e do emprego.

Certo.

062. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016-ADAPTADA) Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

A adoção de uma política de governo que restrinja os benefícios previdenciários é instrumento que evita o ciclo econômico recessivo no curto prazo.



Na verdade, no curto prazo, a política de governo que restringe os benefícios previdenciários contribui para agravar o ciclo econômico recessivo. Para evitar o ciclo econômico recessivo, o governo deveria ampliar os benefícios previdenciários para aquecer a economia.

Errado.

063. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) O defeso é a paralisação das atividades de pesca para proteger as espécies de peixes durante o seu período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores. Assim, todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a época de reprodução das espécies-alvo de suas pescarias. Nesse período, os pescadores profissionais recebem seguro-desemprego ou seguro-defeso em parcelas mensais, na quantia de um salário-mínimo, em número equivalente ao período de paralisação. Internet: <www.mpa.gov.br> (com adaptações).

Com referência ao assunto abordado no texto e sua relação com as funções econômicas governamentais, julgue o item a seguir.

A instituição do defeso é uma ação do governo no âmbito de sua função alocativa, uma vez que, nessa ação, é estabelecido o nível de pesca ao longo de determinado período.



É exercendo a sua função alocativa que o governo atua sobre a oferta de bens e serviços, alterando, assim, a alocação de recursos.

A instituição do defeso consiste em restringir a oferta de peixes no curto prazo para mantê-la sustentável no longo prazo, ou seja, ao intervir no mercado proibindo a pesca em determinada época, o governo está tentando garantir a manutenção desta atividade de maneira sustentável.

Certo.

064. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

A intervenção estatal em determinado mercado competitivo não necessariamente é uma medida negativa, já que governo e sociedade podem ter objetivos que não estejam limitados à eficiência econômica.



Essa assertiva estaria errada se afirmasse que não necessariamente gera ineficiência. Assim, a menos que haja externalidades, a intervenção sempre gerará ineficiência.

Entretanto, se, como coloca a assertiva, o governo e a sociedade têm objetivos que não se limitam à eficiência, a intervenção pode ser positiva.

É o caso, por exemplo, de subsídio concedido à produção de um bem que se encontra escasso no mercado e que a população em geral valorize muito.

Certo.

065. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Cabe ao Estado regulador do sistema econômico estabelecer e exigir o cumprimento de normas, assegurar a conduta competitiva e regular monopólios naturais.



Em geral, cabe ao Estado regulador o papel equivalente ao de um juiz de uma partida de futebol. Cabe a ele definir as regras do jogo e fiscalizar/apitar para que elas sejam cumpridas.

No caso dos monopólios naturais, que têm justificativa econômica para sua existência, a atuação do Estado regulador também se faz necessária para evitar problemas alocativos ou distributivos.

Certo.

066. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

A produção de bens e serviços essenciais e a criação de empresas públicas, ações que caracterizam o Estado produtor, são incompatíveis com o conceito de Estado desenvolvimentista.



A produção de bens e serviços pelo Estado e a criação de empresas públicas são o marco do Estado desenvolvimentista, em que o Estado não se restringia à regulação e ao mero incentivo ao desenvolvimento, sendo, em verdade, o carro-chefe do desenvolvimento, atuando diretamente nos setores tidos como estratégicos da economia e na oferta da maioria dos bens e serviços públicos.

Guarde que esse modelo foi praticado no Brasil entre os anos 1930 e 1980, com relativo sucesso em termos de crescimento da economia do país, tendo, entretanto, a partir daí se esgotado, em virtude da perda de competitividade e do aumento do endividamento público, dentre outros fatores.

Errado.

067. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.



A assertiva está errada, já que conceituou a função distributiva. A estabilizadora é aquela que foca em contribuir para o melhor funcionamento da economia.

Errado.

068. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR/2014) A equivalência ricardiana parte do princípio de que:

a) os agentes econômicos não encontram motivos para alterar sua conduta de consumo presente em razão da redução dos impostos por parte do governo.

b) a baixa na carga tributária do presente refletirá em aumento de arrecadação futura, o que compensa a manutenção de dívida pública ao longo do tempo.

c) as famílias determinam seu padrão de consumo em função de sua renda disponível.

d) se o governo baixar a carga tributária, os agentes econômicos respondem positivamente ao consumo e, portanto, contribuem para o crescimento econômico do presente.

e) o déficit público é impulsionador do crescimento econômico e, neste aspecto, assemelha-se à política fiscal expansionista.



a) Certa. Amigo(a), assimile esse ponto central da equivalência ricardiana: em regra, o consumo não é alterado em face de alterações da tributação. Mas, preciso alertar vocês que o consumo até pode ser alterado em função de alterações da tributação, mas isso só ocorre em situações especiais como, por exemplo, a alteração de gastos simultânea com a redução da tributação, a restrição de crédito, a existência de informações equivocadas ou a ausência de preocupação com o futuro das novas gerações. Mas volto a frisar, guarde que, em regra, de acordo com a equivalência ricardiana, o consumo não será alterado em face à alteração de tributação.

b) Errada. Em sua primeira parte, a assertiva é até correta, mas depois, não! Guarde que a equivalência ricardiana não trabalha com a ideia de que “compensa a manutenção da dívida ao longo do tempo”.

c) Errada. Traz a função de consumo Keynesiana.

d) Errada. É o oposto do que nos diz a equivalência ricardiana.

e) Errada. Seguindo os ditames da equivalência ricardiana, o déficit público não influencia o crescimento.

Letra a.

069. (FEPESE/ISS-FLORIANÓPOLIS/AUDITOR/2014) Dentre as medidas que podem neutralizar o efeito recessivo de uma contração dos gastos do governo, pode-se citar:

- a) A venda de títulos federais ao público.
- b) A redução do encaixe compulsório dos bancos comerciais junto ao banco central.
- c) O aumento das taxas de juros em operações de redesconto.
- d) O aumento da carga tributária através de impostos incidentes sobre o consumo, como o IPI e o ICMS.
- e) Uma medida seletiva de crédito público, que limite o volume disponível de financiamento aos projetos mais rentáveis de investimento



Sabemos que a contração de gastos de governo é uma medida recessiva. Em sentido contrário, com o fito de neutralizar essa medida recessiva, precisamos de uma política expansionista. Então, vamos julgar e explicar nosso julgamento nesse sentido:

- a) Errada. Sabemos que, ao vender títulos federais, o BACEN toma uma medida recessiva, ou seja, contracionista, já que retira moeda de circulação, reduzindo a liquidez do mercado.
- b) Certa. Reduzir o encaixe compulsório é uma medida expansionista, ao permitir que os bancos mantenham menos dinheiro junto ao Banco Central, atitude compatível com uma política monetária expansionista.
- c) Errada. Aumentar as taxas de juros é ação típica de política monetária contracionista, que desloca a LM para a esquerda.
- d) Errada. Aumentar a carga tributária é ação típica de uma política fiscal contracionista, já que aumentar tributos desestimula o consumo e, conseqüentemente, desloca a curva IS para a esquerda.
- e) Errada. Limitar o crédito é típico de política monetária restritiva, uma medida recessiva.

Letra b.

070. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) No que se refere às funções do Estado como regulador da atividade econômica e produtor de bens e serviços, julgue o item subsecutivo.

Para incrementar a produção de empregos, a atuação do Estado como produtor geralmente ocorre em setores intensivos em trabalho e de prazo mais curto de maturação do investimento.



É justamente o inverso.

Na verdade, para incrementar a produção de empregos, a atuação do Estado como produtor geralmente ocorre em setores intensivos de CAPITAL e de prazo mais LONGO de maturação do investimento, já que com essas características o setor privado tem menos interesse em investir.

Errado.

071. (CESPE/PF/AGENTE/2012) Julgue:

A regulação visa corrigir a ocorrência de externalidades, como contaminação, utilização de recursos naturais e efeitos da poluição.



Exato, é só lembrar do aspecto econômico da regulação, que é a intervenção estatal com o objetivo de:

- 1 – corrigir falhas de mercado;
- 2 – **corrigir externalidades;**
- 3 - criar as condições de mercado nos monopólios naturais;
- 4 - criar um sistema de concorrência;
- 5 -promover a eficiência e a equidade econômicas; e
- 6- proteger interesses econômicos dos agentes regulados ou de grupos de interesse.

Letra c.

072. (IBFC/FJP/GESTOR/2014) A corrente que defende que a economia brasileira deve ser entregue às leis de mercado, pois a presença estatal inibe o setor privado e freia o desenvolvimento, também prega que o estado tem que ser reestruturado para se tornar mais ágil, menor e custar menos, independentemente do impacto social negativo que estas medidas podem trazer. Dentro desse espírito, algumas medidas deveriam ser adotadas para diminuir a presença estatal. As medidas a seguir descritas são aderentes a estes pensamentos, exceto pelo que se lê na alternativa:

- a) Abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros.
- b) Amplas privatizações.
- c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos.
- d) Desregulamentação do mercado de capitais, visando ao favorecimento do fluxo de investimentos interno e externo.
- e) Desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas e dos governos



A única afirmativa errada é a letra d, já que nosso mercado de capitais não é excessivamente regulamentado, sendo pouco desenvolvido devido a circunstâncias culturais do Brasil. Além disso, um mercado de capitais desregulamentado pode gerar incerteza entre os investidores.

Letra d.

073. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Com relação às funções do Estado como regulador da atividade econômica e produtor de bens e serviços, julgue o seguinte item.

A atuação do Estado como produtor de bens e serviços essenciais se justifica quando esses oferecem, estrutural ou conjunturalmente, baixo retorno em relação ao capital investido.



Em setores intensivos de CAPITAL e de prazo mais LONGO de maturação do investimento, e baixo retorno do capital investido, o setor privado tem menos interesse em investir, fazendo com que o Estado tenha que “chegar junto”.

Se o examinador, entretanto, tivesse colocado a palavra “apenas” após a palavra “justifica”, aí a assertiva seria falsa, já que esse não é o único caso em que existe essa necessidade.

Certo.

074. (CESPE/MPOG/ECONOMISTA-PGCE/2015) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue.

As funções do governo estão associadas às chamadas falhas de mercado, mas no caso do Brasil não deverão ser aplicadas novas intervenções em 2016 caso a inflação convirja para o centro da meta.



Está errada, já que o controle da inflação não é e não pode ser a única função econômica de um governo, uma vez que existem outras preocupações importantes, como os níveis de renda e emprego.

Errado.

075. (CESPE/TJ-SE/ANALISTA/2014) No que concerne às funções dos governos e às diversas formas de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item que se segue.

No caso da ocorrência do monopólio natural, em que há uma única empresa produtora de um bem público, o Estado pode tanto responsabilizar-se diretamente pela produção do bem quanto exercer o controle de preços por meio de regulação.



Isso. Como na questão estamos falando de um bem público, o Estado pode permitir que uma empresa privada o explore sob sua regulação, ou o próprio Estado pode ofertá-lo diretamente ao público, independentemente de ser um monopólio natural ou não.

Certo.

REFERÊNCIAS

DORNBUSCH, Rudiger; STARTZ, Richard; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 11 ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

MANKIWI, Gregory. **Introdução à Economia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval, e GARCIA, Manuel Enrique. **Fundamentos de Economia**. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SAMPAIO, Luiza Maria Moreira. **Esquematizado – Macroeconomia**. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

Agora quero pedir um favor: avalie nossa aula! É rápido e fácil! Deixe também sugestões de melhoria.

Ficarei extremamente feliz com o feedback e trabalharei ainda mais para tornar as aulas cada vez melhores.

Tenho muito a aprender e você pode me ajudar nisso, pode ser?

Muito obrigado!

Acredite! Esse é o segredo!

Tenha fé que tudo vai dar certo!

Siga-me nas redes sociais: @profmanuelpinon no Instagram e Facebook. Temos excelentes cards para revisão!

Até a próxima aula ou ao fórum de dúvidas!

Professor Manuel Piñon

E-mail: manuelpinon@hotmail.com

Manuel Piñon



Atualmente, exerce o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e é Professor, voltado para a área de concursos públicos.

Foi aprovado nos seguintes concursos públicos:

- 1 – Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – AFRFB 2009/2010;
- 2 – Analista de Finanças e Controle – AFC (hoje, Auditor Federal de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União – CGU (hoje, Ministério da Transparência) em 2008; e
- 3 – Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional – AFTN (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil) em 1998.

NÃO SE ESQUEÇA DE AVALIAR ESTA AULA!

SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE
PARA MELHORARMOS AINDA MAIS
NOSSOS MATERIAIS.

ESPERAMOS QUE TENHA GOSTADO
DESTA AULA!

PARA AVALIAR, BASTA CLICAR EM LER
A AULA E, DEPOIS, EM AVALIAR AULA.

AVALIAR